



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PSICOLOGIA

BIANCA DILARA MARQUES SILVA

**DO SILENCIAMENTO À VIOLAÇÃO: A PERCEPÇÃO DE MULHERES SOBRE O
ESTUPRO**

São Luís -MA

2022

BIANCA DILARA MARQUES SILVA

**DO SILENCIAMENTO À VIOLAÇÃO: A PERCEPÇÃO DE MULHERES SOBRE O
ESTUPRO**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de monografia apresentado ao Curso de Psicologia como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão.

Orientadora: Prof.^a Dra. Claudia Aline Soares Monteiro.

São Luís - MA

2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Silva, Bianca Dilara Marques.

Do Silenciamento à Violação: a Percepção de Mulheres Sobre o Estupro / Bianca Dilara Marques Silva. - 2022.

91 f.

Orientador(a): Claudia Aline Soares Monteiro.

Curso de Psicologia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

1. Estupro. 2. Feminismo Negro. 3. Interseccionalidade. 4. Mulheres. 5. Poder. I. Monteiro, Claudia Aline Soares. II. Título.

BIANCA DILARA MARQUES SILVA

**DO SILENCIAMENTO À VIOLAÇÃO: A PERCEPÇÃO DE MULHERES SOBRE O
ESTUPRO**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de monografia apresentado ao Curso de Psicologia como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Claudia Aline Soares Monteiro (Orientadora)

Doutora em Psicologia (UnB)

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof.^o Dr. Ramon Luís de Santana Alcântara (1^o Membro)

Doutor em Políticas Públicas (UFMA)

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof.^a Dra. Rosane de Sousa Miranda (2^o Membro)

Doutora em Psicologia Social (UFPB)

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof.^a Me. Wanderlea Nazaré Bandeira Ferreira (Suplente)

Mestre em Psicologia (UFPA)

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Aprovado em: São Luís – MA, ____ de ____ de _____.

A todas as mulheres, para as que me
antecederam e para as que continuarão a lutar!

AGRADECIMENTOS

Durante os anos de graduação percorri uma longa jornada, repleta de momentos significativos. Foram momentos de muito aprendizado, acadêmico e pessoal. Foram momentos de muitas dificuldades e obstáculos, principalmente, na reta final. Foram momentos de felicidade, vividos ao lado de pessoas importantes, cada um com o seu significado e afeto, que contribuíram, direta e indiretamente, para que esse objetivo fosse possível de ser concretizado.

Agradeço às forças divinas, superiores e universais por possibilitarem o início e a conclusão dessa jornada.

Agradeço a toda minha família pela confiança depositada em mim, em especial ao meu avô Walter (em memória) e à minha avó Maria Aparecida. À minha mãe, ao meu pai e ao meu irmão por serem a minha base e terem possibilitado todas as minhas conquistas. Mãe, obrigada pelo apoio incondicional dado durante toda a minha existência, sem você nada teria sido possível!

Ao meu amor, Luis Felipe Dias, pessoa que eu escolhi para partilhar a vida, que torna os dias mais leves. Obrigada imensamente por todo o apoio e incentivo! Obrigada por acreditar em mim quando nem eu acreditava e por estar sempre ao meu lado!

À minha *doguinha* Lolla, por ser um pacotinho de amor (e sono) e pela companhia em todo o tempo que estive produzindo este trabalho.

Agradeço aos amigos e às pessoas que fazem parte da minha vida, cada um com a sua importância.

Aos amigos que conheci e fizeram parte da minha trajetória na graduação. Primeiro, agradeço ao melhor e maior quarteto: à minha duplinha Gleiciane Gomes, obrigada por ser uma amiga de confiança dentro e fora da sala de aula, pelos momentos de partilha, pelos encontros fora da universidade e por todos os papos filosóficos; ao meu amigo Thales Soares, o melhor integrante do grupo, dono das melhores histórias e que torna os dias mais felizes; à minha amiga Valentina Lopes, pelo apoio e confiança, por estar sempre ao meu lado, por me ouvir, por me acolher nos momentos difíceis e por termos construído um laço tão sólido. Agradeço às companheiras de sala e agora de profissão, Adriana Silveira, Larah Bodega, Laura Oliveira e Renata Amador, pelas amizades e partilhas tão importantes nesse caminho.

Agradeço a todos os professores que fizeram parte desse percurso, em especial, à banca examinadora deste trabalho. Agradeço à minha orientadora Claudia Aline Monteiro pela assistência dada e pelos aprendizados acadêmicos e pessoais proporcionados durante a construção da monografia, a graduação e o estágio específico. Obrigada por ser fonte de inspiração na construção de uma Psicologia mais crítica e responsável! Ao professor Ramon Alcântara, por ter feito a diferença na graduação ao proporcionar uma visão decolonial da Psicologia e da vida. Obrigada toda a sensibilidade e cuidado, você é essencial! Ao professor Lucas Sá por estar sempre presente e solícito, auxiliando e respondendo todos questionamentos.

Agradeço às mulheres que se disponibilizaram a participar e que, com seus olhares tão enriquecedores, construíram esta pesquisa de uma forma tão singular e, ao mesmo tempo, tão plural.

Em especial, agradeço às mulheres que fizeram parte da minha existência, fazendo com que despertasse em mim a luta pela nossa liberdade.

Agradeço a todos que não foram citados, mas foram e são tão importantes para mim.

Sou imensamente grata ao caminho que percorri, por todas as transformações que a graduação e a vida na universidade proporcionaram, fazendo com que eu me tornasse quem sou hoje.

A liberdade é uma luta constante.

Angela Davis

RESUMO

A violência é um tema que mobiliza e atinge mulheres no mundo inteiro, de diversas idades, identidades étnico-raciais e classes sociais, pois atravessa a existência desse grupo em sociedades estruturadas pelo patriarcado. A violência de gênero, baseada na desigualdade entre os papéis socioculturais e comportamentais destinados aos gêneros, pode se manifestar de diversas formas: físicas, psicológicas, patrimoniais, morais e sexuais. Dentre as violações sexuais, a pesquisa mantém o seu o foco sobre o estupro, definido como atos sexuais não consentidos que ocorrem sob uma situação de violência e/ou grave ameaça. Do final do século XX até os dias atuais, houve uma crescente visibilidade e criação de espaços de discussão sobre as discriminações e violências sofridas por mulheres no mundo inteiro. Apesar da luta do movimento feminista na busca pela igualdade entre os gêneros e pelo reconhecimento das mulheres enquanto indivíduos com direitos, o estupro ainda é um problema muito banalizado pela sociedade em geral. Ressalta-se a relevância social da pesquisa diante do atual cenário em que a violência contra mulheres é considerada questão de saúde pública, em que há um retrocesso nas conquistas de direitos e de políticas públicas dos grupos minoritários e no qual o estupro atinge número alarmantes. A partir disso, o objetivo principal foi compreender como as mulheres não violentadas sexualmente percebem e são afetadas pelo fenômeno do estupro. O tema foi contextualizado e compreendido por meio do Feminismo Negro, que possibilita o entendimento das opressões de gênero, sexualidade, raça e classe; e os pontos de encontro com analítica do poder de Michel Foucault sobre os dispositivos reguladores da sexualidade. A investigação se deu por meio de uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa de caráter exploratório com cinco mulheres adultas residentes na cidade de São Luís – MA, possuindo entre 18 e 50 anos de idade. A coleta de dados ocorreu de forma virtual por meio da técnica de entrevista não diretiva, realizada em grupo em um único encontro. Os dados foram explorados e categorizados mediante a Análise de Conteúdo do tipo temática proposta por Laurence Bardin. Quanto aos resultados, as participantes da pesquisa expuseram um contexto de desigualdade de gênero em que as mulheres são consideradas inferiores, incapazes e submissas e que seus corpos por serem objetificados e considerados públicos estão constantemente expostos a ataques e agressões. Além disso, perceberam o estupro como um ato de extrema violência e invasão, que produz os sentimentos de medo, insegurança e desconfiança, mesmo para aquelas que nunca foram acometidas por essa violação sexual.

Palavras-chave: Estupro; Mulheres; Feminismo Negro; Interseccionalidade; Poder.

ABSTRACT

Violence is a topic that mobilizes and affects women all over the world, of different ages, ethnic-racial identities and social classes, as it crosses the existence of this group in societies structured by patriarchy. Gender violence, based on inequality between sociocultural and behavioral roles assigned to gender, can manifest itself in different ways: physical, psychological, patrimonial, moral and sexual. Among sexual violations, the research maintains its focus on rape, defined as non-consensual sexual acts that occur under a situation of violence and/or serious threat. From the end of the 20th century to the present day, there has been a growing visibility and creation of spaces for discussion about discrimination and violence suffered by women worldwide. Despite the feminist movement's struggle in the search for gender equality and the recognition of women as individuals with rights, rape is still a very trivialized problem by society in general. The social relevance of the research is highlighted in the current scenario in which violence against women is considered a public health issue, in which there is a setback in the achievements of rights and public policies for minority groups and in which rape reaches an alarming number. From this, the main objective was to understand how non-violated women perceive and are affected by the phenomenon of rape. Rape was contextualized and understood through Black Feminism, which makes it possible to understand gender, sexuality, race and class oppression; and the meeting points with Michel Foucault's analysis of power on the regulatory devices of sexuality. The investigation was carried out through a field research with an exploratory qualitative approach with five adult women living in the city of São Luís - MA, aged between 18 and 50 years. Data collection took place virtually through the non-directive interview technique, carried out in a group in a single meeting. Data were explored and categorized using thematic Content Analysis proposed by Laurence Bardin. As for the results, the research participants exposed a context of gender inequality in which women are considered inferior, incapable and submissive and that their bodies, because they are objectified and considered public, are constantly exposed to attacks and aggressions. In addition, they perceived rape as an act of extreme violence and invasion, which produces feelings of fear, insecurity and mistrust, even for those who have never been affected by this sexual violation.

Keywords: Rape; Women; Black Feminism; Intersectionality; Power.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 UMA ANÁLISE DO ESTUPRO | 15 |
| 2.1 UMA EXPRESSÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO | 15 |
| 2.2 DEFINIÇÃO E HISTÓRICO JURÍDICO | 18 |
| 2.3 A GRAVIDADE DO PROBLEMA E SUAS REPERCUSSÕES | 21 |
| 2.4 O CONCEITO DE GÊNERO E A NOÇÃO DE PODER | 24 |
| 2.5 O FEMINISMO NEGRO E A INTERSECCIONALIDADE | 28 |
| 3 METODOLOGIA | 32 |
| 3.1 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS | 32 |
| 3.2 DELINEAMENTO | 33 |
| 3.3 PARTICIPANTES | 34 |
| 3.4 LOCAL | 35 |
| 3.5 INSTRUMENTOS E MATERIAIS | 35 |
| 3.6 PROCEDIMENTOS | 37 |
| 3.6.1 Coleta de Dados | 37 |
| 3.6.2 Análise de Dados | 38 |
| 4 RESULTADOS | 41 |
| 4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES | 41 |
| 4.2 CARATEGORIZAÇÃO DA ENTREVISTA | 43 |
| 5 INTERLOCUÇÕES SOBRE O FENÔMENO DO ESTUPRO: NARRATIVAS PRODUZIDAS POR MULHERES | 50 |
| 5.1 PERCEPÇÕES SOBRE ESTUPRO | 50 |
| 5.1.1 Significados atribuídos ao estupro | 50 |
| 5.1.2 Afetos Mobilizados | 54 |
| 5.1.3 Subnotificação como efeito da culpabilização | 56 |
| 5.1.4 Vivências de violação e suas repercussões | 60 |
| 5.2 PERCEPÇÕES DE SI | 64 |
| 5.2.1 Ser mulher | 64 |
| 5.2.2 O corpo objeto | 68 |
| 5.2.3 Vulnerabilidades e intersecções | 71 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 75 |
| REFERÊNCIAS | 78 |

| | |
|--|-----------|
| APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO | 83 |
| APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO | 86 |
| APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA | 87 |
| APÊNDICE D - FORMULÁRIO DE PARTICIPAÇÃO | 89 |

1 INTRODUÇÃO

A violência é um tema que mobiliza e atinge mulheres no mundo inteiro, de diversas idades, sexualidades, identidades étnico-raciais e classes sociais, pois atravessa a existência desse grupo em sociedades estruturadas pelo patriarcado. A materialização da violência de gênero é definida por atos ou condutas baseados na desigualdade entre os papéis socioculturais e comportamentais destinados aos gêneros, que possuem como consequências agravos físicos, psicológicos e/ou sexuais (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS-OEA, 1994). Dentre as diversas violências de gênero, a violência sexual se configura como uma das suas formas mais graves, sendo considerada como um problema de saúde pública pelos diversos órgãos governamentais responsáveis pelo enfrentamento a essa violação, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU).

As violações sexuais são de diversos tipos, abrangendo desde a importunação sexual, que é a prática de atos libidinosos não consentidos sem a presença de violência ou grave ameaça, até o estupro, tema deste trabalho, definido como a ação de “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.” (BRASIL, 2009, p.1). Esse tipo de violação, que geralmente está associado a agressões físicas e psicológicas, acarreta em diversos danos para a saúde física, psicológica e emocional, para a sociabilidade e para o bem-estar da pessoa violentada.

A pesquisa mantém o seu o foco sobre o tema do estupro, enquanto uma das formas de concretização da violência sexual que envolve diversos aspectos da violência de gênero, baseada no sexismo e no patriarcado. Mas que também está historicamente associado a outras formas de opressão, como o racismo e o capitalismo, que reforçam a falta de visibilidade, a deslegitimação e culpabilização da mulher vítima dessa agressão sexual. A partir dessa problemática, entende-se que o estupro afeta não só as mulheres violentadas, mas todo um grupo que sente a sua existência ameaçada de forma constante, marcada pela vulnerabilidade de um corpo lido como feminino. Diante dessas inquietações, o problema de pesquisa é definido pela seguinte pergunta: “Como mulheres não violentadas sexualmente percebem e são afetadas pelo fenômeno do estupro?”¹.

¹ Diante de questões que surgiram no decorrer da pesquisa, demonstrando que as mulheres participantes já haviam sofrido violações sexuais diferentes do estupro, o problema de pesquisa é melhor expressado pela seguinte pergunta: “Como mulheres não acometidas pelo estupro percebem e são afetadas por esse fenômeno?”

Do final do século XX até os dias atuais, houve uma crescente visibilidade e criação de espaços de discussão sobre as discriminações e violências sofridas por mulheres no mundo inteiro. A luta do movimento feminista na busca pela igualdade entre os gêneros foi responsável pelo reconhecimento das mulheres enquanto indivíduos com direitos, dentre eles, os direitos sexuais e reprodutivos. Entretanto, o estupro ainda é um problema muito banalizado pela sociedade em geral. A pesquisa foi motivada, principalmente, por questões pessoais da autora, diante da sua existência enquanto mulher que entende, de forma crítica, as opressões vividas pelo grupo no qual está inserida e assume uma postura de luta pelos direitos das mulheres. Além disso, justifica-se no atual cenário em que a violência contra mulheres é considerada questão de saúde pública, especificamente uma de suas formas mais graves: o estupro praticado por homens contra mulheres.

Diante do cenário do atual retrocesso nas conquistas de direitos e de políticas públicas dos grupos minoritários, do crescimento e do atingimento de números alarmantes de violência sexual contra mulheres, ressalta-se a relevância social da pesquisa ao tratar de um assunto real e expressivo. Além de se manifestar como uma postura de resistência e enfrentamento em relação a esse problema. Na literatura, são escassos trabalhos que abordem o estupro e as suas repercussões para a vida de mulheres em geral, sendo esse o objetivo desta pesquisa, justifica-se a necessidade de maior produção acadêmica para a melhor compreensão desse problema. O trabalho é também uma maneira de afirmar a importância de estudos sobre as violações contra a sexualidade de mulheres, visando proporcionar uma discussão sobre essa violência que pudesse gerar um entendimento mais sensível na percepção de quem o lê, contribuições para a comunidade em geral e possíveis avanços na legislação e nas políticas públicas. Além disso, buscou-se viabilizar a criação de um espaço de escuta no qual as próprias mulheres pudessem construir suas narrativas acerca do estupro, incentivando-as a refletir e a gerar discussões sobre essa problemática.

Diante dos diversos danos gerados por esse tipo de violação, a pesquisa possui o objetivo principal de compreender como as mulheres não violentadas sexualmente percebem e são afetadas pelo fenômeno do estupro. Como objetivos específicos, têm-se: problematizar as questões sobre o estupro na relação com a interseccionalidade das opressões de gênero, sexualidade, raça e classe; analisar a percepção das mulheres sobre os seus corpos e os sentidos atribuídos a ele; e analisar de que forma outras experiências de violação vivenciadas pelas mulheres possam estar relacionadas às suas percepções sobre o fenômeno do estupro.

O primeiro capítulo, intitulado “Uma análise do estupro”, refere-se à exposição do problema do estupro, como uma expressão da violência de gênero que se concretiza no

cotidiano da vida das mulheres; e à exposição da sua gravidade, descrita por meio das consequências geradas pela sua ocorrência, dos altos índices de notificação e da questão da subnotificação, que escancara a deslegitimação e culpabilização das mulheres violentadas. Além disso, foi discutido o conceito de gênero enquanto performatividade, elaborado por Judith Butler, em ligação com analítica do poder de Michel Foucault sobre os dispositivos reguladores da sexualidade, a partir do cruzamento das relações de poder e saber. Ainda nesse capítulo, o estupro foi compreendido e contextualizado com base nas contribuições teóricas do Feminismo Negro e da interseccionalidade, característica da vertente de feminismo utilizada, que possibilitou o entendimento dessa violência sexual em relação com às opressões de gênero, sexualidade, raça e classe, que atravessam a realidade vivenciada por diferentes mulheres. O que tornou possível também a problematização de como o racismo, o cisheteropatriarcado e o capitalismo contribuem para a ocorrência desse problema.

O segundo capítulo é referente a metodologia adotada neste trabalho. A investigação se deu por meio de uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa de caráter exploratório, métodos escolhidos por possibilitarem uma maior aproximação com as participantes e suas subjetividades, conferindo a elas o protagonismo e o direcionamento das percepções, opiniões e sentimentos de sua própria história. A pesquisa foi realizada com cinco mulheres adultas residentes na cidade de São Luís – MA, que possuem entre 18 e 50 anos de idade e afirmaram nunca ter sofrido um episódio de estupro. Os dados foram coletados entre os meses de fevereiro e março de 2022, de forma virtual, por meio da técnica de entrevista não diretiva, realizada em grupo em um único encontro. Os dados foram explorados, categorizados e discutidos mediante a análise de conteúdo do tipo temática ou categorial proposta por Laurence Bardin.

O terceiro capítulo refere-se aos resultados da pesquisa, com a exposição dos dados coletados. Os resultados dividem-se em: categorização das participantes, de acordo com os dados sociodemográficos obtidos; e categorização da entrevista, a partir da integração de trechos semelhantes dos relatos das participantes, que foram classificados em eixos temáticos, visando atingir os objetivos deste trabalho. Para a finalização deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do tipo monografia, o último capítulo apresenta as discussões produzidas a partir dos trechos de fala significativos das participantes, que por intermédio dos referenciais teóricos do Feminismo Negro e de Foucault, possibilitou a compreensão das percepções de mulheres sobre o estupro e a forma como afeta suas existências.

2 UMA ANÁLISE DO ESTUPRO

2.1 UMA EXPRESSÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Diante da incidência e dos impactos gerados, o tema da violência adquiriu destaque em todo o mundo, sendo adotada uma postura de prevenção e enfrentamento em relação a ele. A violência é considerada um problema de saúde pública desde 1996, quando foi inserida na agenda internacional da saúde durante a Assembleia Mundial da Saúde e obteve como resultado o "Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde", a primeira análise da violência a partir de um panorama global (OMS, 2014). A violência foi definida pela OMS (2002) como o uso intencional de força física ou poder, seja ela real ou na forma de ameaça, sendo praticado contra pessoas, grupos ou comunidades inteiras e que pode gerar como consequências: lesão, morte ou danos diversos, sejam eles físicos, psicológicos etc.

A definição da OMS é pautada na condição de intencionalidade no uso da força física ou do poder, garantindo a condição de violência independente da presença ou ausência da intenção de causar determinada consequência (OMS, 2002). Ou seja, apesar de não existir uma finalidade de causar determinado dano por parte do agressor, o que caracteriza a violência é a intenção de realizar o ato violento, mesmo que, devido aos aspectos socioculturais, ele não seja percebido como tal. Além disso, a definição citada considera o uso intencional de poder, englobando atos menos visíveis que podem estar relacionados à violência psicológica, como intimidações, ameaças e/ou ausência de ações, que configuram como omissão e negligência (OMS, 2002). Quanto às consequências, há uma ampliação de danos visíveis e manifestos, como lesões e mortes, para uma categoria ampla de consequências que demandam um maior custo para serem percebidas e mensuradas, como as psicológicas e emocionais.

Para Minayo e Souza (1997), a violência é conceituada como ações de indivíduos, grupos, classes ou nações que prejudicam a integridade física, psicológica, moral e/ou espiritual ou resultam na morte de outro(s) indivíduo(s). Ainda para as autoras, ela é entendida como um fenômeno com muitos significados, sentidos, causas e efeitos, por isso, optam por falar em violências, reconhecendo a pluralidade dessa vasta e complexa categoria. Apesar de, popularmente, a violência ser caracterizada por ações de responsabilidade individual, marcada pela dominação, pela imposição e por uma ideia de dualidade entre agressor e vítima; uma concepção pautada somente no viés individual é limitada, visto que é

um processo complexo e plural, que envolve também as variáveis políticas, econômicas, culturais e sociais.

Dessa forma, adotou-se a diversidade de teorias e explicações sobre o campo da violência, com objetivo de ultrapassar a dualidade entre vítima e agressor. De um lado, não entendendo as violências apenas como determinadas por ações individuais com explicações naturais, biológicas ou psicológicas sobre instinto natural de agressividade humana; e por outro lado, não entendendo-as exclusivamente a partir de determinantes sociais como a pobreza, o desemprego e as desigualdades sociais produzidas pela urbanização e pelo capitalismo (MINAYO; SOUZA, 1997). Para além de reconhecer a centralidade dos determinantes sociais no campo das violências, é necessário entendê-las numa relação biopsicossocial, que circula entre o social, o biológico, o psicológico, o individual e o grupal, em que um não assuma prioridade sobre o outro, mas se complementem na tentativa de entendimento desse fenômeno.

Como pontua Minayo (1994a), faz-se necessário analisá-la em rede, considerado o seu caráter de interioridade relacionado ao indivíduo e a sua condição de exterioridade, que diz respeito à sua relação com a sociedade e as relações humanas, a história, a política, a economia, a psicologia etc. Desse modo, as violências são individuais, sociais, culturais e sobretudo estruturais, sendo demarcadas como ferramentas de manutenção do poder pelos grupos hegemônicos. A partir de um modelo ecológico, proposto pela OMS (2002), a violência pode ser analisada em suas várias facetas nos níveis individual, relacional, comunitário e social. Esses níveis dizem respeito em como os aspectos históricos, pessoais e biológicos do indivíduo: as relações sociais mantidas ao longo da vida; o espaço em que essas relações ocorrem; e as condições sociais mais amplas, influenciam o fenômeno da violência.

No presente trabalho, pretende-se abordar o estupro a partir de categorias amplas de análise, pois ao entender as violações como um problema complexo que necessita de uma visão biopsicossocial, faz-se necessário considerá-lo para além de um ato de infração individual. É imprescindível discutir como ele se situa de forma histórica na sociedade, se constituindo também como uma forma de violência estrutural, entendida por Minayo (1994a) como situações de opressão causadas por indivíduos, grupos, classes, instituições e nações que detém o poder.

Enquanto os homens são os maiores causadores e atingidos pela violência no âmbito público; no âmbito doméstico, as mulheres são, em sua maioria, o principal grupo em situação de violência. Dessa forma, uma característica da violência contra homens é que grande parte é causada por estranhos e desconhecidos, na medida que muitos dos casos de violências contra

as mulheres são marcados por uma relação emocional com a vítima (OMS, 2002). Apesar disso, a violência ultrapassa os limites dos espaços domésticos e atravessa a existência de mulheres de diversas idades, identidades étnico-raciais e classes sociais no mundo inteiro. A violência contra a mulher tem a sua maior prevalência no âmbito familiar/doméstico, mas também ocorre nas relações interpessoais, na comunidade, nas diversas instituições em que a mulher está inserida ou pelo Estado e seus agentes (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS-OEA, 1994). Devido a sua magnitude enquanto problema social, passou a ser considerada uma questão internacional e foi incorporada nas pautas de diversas organizações de promoção e garantia dos direitos das mulheres.

A violência contra mulheres e, conseqüentemente, o estupro são considerados como expressões da violência de gênero, que é baseada na desigualdade entre os papéis socioculturais e comportamentais destinados aos gêneros, que possui como conseqüências agravos físicos, psicológicos e/ou sexuais (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS-OEA, 1994). Baseada na construção social do que é considerado como feminino e masculino, a violência de gênero opera nas relações entre homens e mulheres, podendo ser causada por ambos, a partir de uma estruturação sociocultural que privilegia a figura masculina e inferioriza a feminina (SAFFIOTI, 2004). Entretanto, a sua forma mais nociva e excedente, considerada central para esta pesquisa, é aquela praticada por homens contra mulheres, como uma tentativa de afirmação do poder do homem sobre a mulher.

Tais agressões demonstram uma relação assimétrica e hierárquica entre os diferentes sujeitos. Dito isso, é de extrema importância frisar a dupla relação de influência do patriarcado na violência de gênero, pois ao mesmo em que tais agressões estão direta e indiretamente relacionadas à desigualdade de gênero, ela dificulta que as mulheres possam enfrentar as situações de violação sofridas, principalmente, quando há a dependência emocional e financeira com o agressor. Em outras situações, essa estrutura sociocultural e política dificulta e/ou impede esse enfrentamento devido a um processo de invisibilização tanto da palavra quanto da figura feminina, restando poucas saídas e opções de resposta. Sendo assim, considera-se qualquer situação de violência contra a mulher como um problema de responsabilidade do Estado (SOUZA; ADESSE, 2005).

De acordo com a Lei nº 11.340, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, as violações contra mulheres podem se manifestar de diversas formas, são elas: físicas, psicológicas, patrimoniais, morais e sexuais (BRASIL, 2006). A agressão física é mais prevalente no âmbito doméstico, principalmente, nas relações conjugais; as violências

psicológica e moral são também características dos espaços domésticos e com certa dificuldade de identificação, devido à normatização social de relações abusivas; e a violência sexual, que acontece nos espaços públicos e privados, com agressores conhecidos e desconhecidos (SOUZA; ADESSE, 2005). Sendo a última o foco deste trabalho, configura-se como uma das formas mais graves da violência de gênero contra a mulher.

2.2 DEFINIÇÃO E HISTÓRICO JURÍDICO

A violência sexual está situada como eixo deste estudo, que se caracteriza como uma discussão sobre uma de suas formas: o estupro, percebido como um artifício que opera por meio das mais diversas hegemonias para expressão de um poder político e sexual sobre mulheres de diferentes sexualidades, raças e classes. Sendo definida por:

Qualquer ato sexual, tentativa de obter um ato sexual, comentários ou investidas sexuais indesejados, ou atos direcionados ao tráfico sexual ou, de alguma forma, voltados contra a sexualidade de uma pessoa usando a coação, praticados por qualquer pessoa independentemente de sua relação com a vítima, em qualquer cenário [...]. (OMS, 2002, p.147).

Do final do século XX até os dias atuais, o movimento feminista foi imprescindível para a visibilidade e a criação de espaços de discussão sobre as discriminações e violências sofridas por mulheres no mundo inteiro, visando a igualdade entre os gêneros e o reconhecimento dos direitos das mulheres, dentre eles, os sexuais e os reprodutivos. A problemática que envolve o estupro ganhou notoriedade por volta dos anos 1970 nos Estados Unidos, quando escritoras como Susan Brownmiller, Jean MacKellar, Diana Russel e Shulamith Firestone passaram a discutir sobre a ideia de uma cultura do estupro (*rape-supportive culture*) (CAMPOS; MACHADO; NUNES; SILVA, 2017; DAVIS, 2016). Esse movimento afirma a existência de uma cultura sexista e misógina de legitimação de comportamentos e ações que possibilitam a ocorrência, fornecem apoio e banalizam o fenômeno do estupro. Para embasar esse pensamento, as autoras citadas utilizaram-se de diversas formas de explicação para a ocorrência do estupro, invocando desde argumentos biológicos, que o entendem como expressão de um instinto sexual, até os relacionados ao meio, que o entendem como expressão de um poder (CAMPOS; MACHADO; NUNES; SILVA, 2017; DAVIS, 2016). Logo, tais concepções ultrapassaram as fronteiras estadunidenses e inseriram-se nas discussões de outros países. Nesta pesquisa, é reconhecida a existência de uma cultura do estupro que o tolera e o mantém presente nas sociedades

patriarcais, mas como forma de resistência e intolerância quanto a esse ato violento, será adota uma postura de movimento antiestupro, de luta pelo fim da opressão sexual das mulheres.

Quanto ao enquadramento legal, o código mais antigo registrado sobre o estupro é pertencente à legislação hebraica, no qual eram aplicadas punições severas tanto para o homem que o praticava quanto para a mulher acometida, a depender das circunstâncias de sua ocorrência (COULOURIS, 2010; MOURA, 2015). Nessa época, as legislações refletiam o ponto de vista religioso, que considerava a prática de relações sexuais extraconjugais como crime, pois o sexo fora do casamento era considerado pecado.

No contexto brasileiro, segundo Coulouris (2010) e Moura (2015), os primeiros registros são de legislações do período colonial, denominadas Ordenações do Reino, que definem o estupro como atos sexuais praticados contra a vontade da mulher e que, normalmente, possuíam como punição a morte daquele que o praticava. Ainda de acordo com elas, com o Código Penal Imperial de 1830, esse crime passou a ser classificado como “Crimes contra a segurança da honra” e era definido, juntamente com o crime de defloramento, pela cópula carnal por meio de violência ou ameaça contra mulheres; passando da punição com a morte do agressor para a privação de liberdade, com pena diferenciada quando praticado contra mulheres honestas ou prostitutas e que poderia ser anulada em caso de casamento com a mulher violada. No Código Penal Republicano de 1890, o termo estupro foi substituído por “violência carnal”, classificada como “Crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor” e definida pelo estupro de mulher, sendo ela virgem ou não; o tipo de punição se manteve, ainda fazendo distinção entre mulheres honestas e públicas/prostitutas e sendo acrescentado o pagamento de um dote para a família (COULOURIS, 2010; CAMPOS; MACHADO; NUNES; SILVA, 2017).

No Código Penal Brasileiro de 1940 havia uma classificação de crimes sexuais como “Crimes contra os costumes”, no qual estupro era considerado como “constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça.” (BRASIL, 1940, p. 45). A partir da alteração proporcionada pela Lei nº 12.015 de 2009, ele passou a ser classificado dentre os “Crimes contra a dignidade sexual” e houve uma junção com a categoria de atentado violento ao pudor que alterou a sua definição para “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.” (BRASIL, 2009, p.1). Dessa forma, o estupro passa a ser caracterizado para além da conjunção carnal, englobando também outros atos libidinosos, como aqueles que envolvem o contato da boca com os órgãos sexuais, a manipulação erótica desses órgãos e o coito anal.

As mesmas práticas (conjunção carnal e atos libidinosos) quando cometidas contra um indivíduo com idade inferior a 14 anos ou contra pessoas que não possuem o discernimento necessário caracterizam o estupro de vulnerável, pois assegura-se a incapacidade de consentir.

Ao longo das décadas e dos variados regimes políticos brasileiros, algumas normativas legislativas chamam a atenção pelo seu aspecto patriarcal. Primeiro, as classificações do crime de estupro como sendo contra a honra não da pessoa vitimada, mas como um prejuízo moral que feria a honra da sua família, o que perpetua a desigualdade de gênero e a inferiorização da mulher. Além disso, a anulação do caráter do ato como criminoso por meio do casamento do agressor com a vítima, juntamente com a indenização mediante dote, configura como mais uma violação, que desconsidera a vontade e a dignidade das mulheres e mantém como finalidade a preservação da honra da família. Com a mudança do Código de 1940 proporcionada pela Lei nº 12.015/09, na qual o estupro passou de crime contra os costumes para ser considerado contra a liberdade sexual, o objetivo passou da regulação de comportamentos sexuais para a promoção da dignidade, visando a liberdade sexual enquanto direito (MOURA, 2015).

Dessa forma, percebe-se uma alteração que focaliza o sujeito que sofre a violação, sendo valorizadas a dignidade, a cidadania e a liberdade. Em segundo lugar, percebe-se a mudança na diferenciação do tratamento e da punição do ato quando praticado contra mulheres honestas, pertencentes ao âmbito doméstico familiar, e contra mulheres públicas, julgadas como imorais e inferiores; por isso, a honestidade da mulher era o que determinava a gravidade do crime. Além disso, com a alteração do ano de 2009, homens passaram a ser considerados sujeitos passíveis de sofrerem esse tipo de violação sexual, que pode ser perpetrada por homens e mulheres.

Os crimes contra a liberdade sexual são tipificados desde a importunação sexual, de importância para esta pesquisa pela aproximação com o seu tema central, até o estupro. Anteriormente, as práticas que atualmente são entendidas como importunação sexual eram popularmente conhecidas como assédio sexual, que era comumente associado a qualquer ação de caráter sexual indesejada. Atualmente, o assédio sexual refere-se apenas a condutas sexuais inadequadas no ambiente de trabalho, que possuem a finalidade de obtenção de vantagem ou favorecimento, sendo demarcado por uma posição hierárquica de superioridade (BRASIL, 1940). Somente com a Lei nº 13.718 de 2018 que a importunação sexual foi nomeada e definida como “praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro.” (BRASIL, 2018, p.1), caracterizada por comentários invasivos de teor sexual, toques sem consentimento, “encoxadas”, beijos

forçados, dentre outros. Ambas as violações sexuais mencionadas fazem parte do cotidiano das mais diversas mulheres, assumindo várias formas e acarretando consequências múltiplas.

A partir do momento que as violações sexuais passam da ordem da honra da família para a liberdade sexual, o consentimento torna-se uma questão central. Sendo definido como a autonomia para o livre exercício da vontade de um sujeito, foi estabelecido como principal critério para determinar todas essas violações como práticas criminosas e não consentidas (LOWENKRON; 2015). Apesar dos avanços legislativos, ao adotar o consentimento como validação jurídica, alguns questionamentos surgem: Como comprovar a ocorrência de um estupro? Como comprovar que aquele ato sexual não foi consentido, principalmente, quando não há indícios de violência e grave ameaça ou evidências físicas passíveis de serem examinadas? Como atestar que aquela relação deixou de ser consentida mesmo após ter sido iniciada? São essas questões que tornam mais difíceis a percepção e a validação do judiciário e da sociedade sobre a ocorrência do estupro, sobretudo, em um contexto no qual a palavra da vítima é a única prova a ser considerada.

2.3 A GRAVIDADE DO PROBLEMA E SUAS REPERCUSSÕES

Para além de um fenômeno histórico e social, as violências sexuais também se inscrevem no campo da saúde, como objeto de estudo e de intervenção. Devido à sua alta incidência, as várias categorias de violência, dentre elas o estupro, tornaram-se um problema de saúde pública, tendo esse campo a função de trabalhar com os agravos gerados, mas também com a prevenção do problema e à promoção de saúde (MINAYO; SOUZA, 1997). O estupro é um problema complexo, que pode ocasionar diversos danos para a saúde, pensada a partir da integridade física, psicológica, emocional, moral e social.

As consequências dessa violação sexual são diversas: para a saúde física e de efeitos mais visíveis e imediatos, as lesões e traumatismos físicos, o risco de contaminação por Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), a gravidez indesejada e as complicações ginecológicas; para a saúde mental e com efeitos menos visíveis, os casos de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), de depressão, de síndrome do pânico, de ansiedade, de transtornos alimentares, de distúrbios sexuais e do humor; para a sociabilização, manutenção das relações interpessoais e comprometimento da satisfação com a vida e com o corpo (BRASIL, 2012; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022; OMS, 2002).

O cenário torna-se alarmante quando se analisa o estupro perpetrado por homens contra mulheres, sendo esse o foco da pesquisa. Nas estimativas globais, de acordo com o

mais atual relatório da Organização Mundial da Saúde (2021, tradução nossa), uma a cada três mulheres, totalizando cerca de 736 milhões no mundo inteiro, já sofreu violência física e/ou sexual ao longo da vida, cometidas ou não por parceiro íntimo². O relatório ainda aponta que 6% das mulheres do mundo inteiro já foram vítimas de violência sexual praticada por um agressor diferente do parceiro íntimo³ (OMS, 2021, tradução nossa).

No cenário nacional, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022), com dados referentes ao ano de 2021, expõe que 583.156 pessoas foram vítimas de estupro ao longo da última década (de 2012 a 2021). No ano de 2021, o anuário registrou a notificação de 66.020 estupros, o que expressa um aumento de 4,2% em relação ao ano anterior. Quando observados os anos de 2020 e 2021, foi percebida uma considerável diminuição em relação aos dados dos anos anteriores à pandemia, em que a incidência desse crime estava em constante crescimento. Em um primeiro momento, isso pode ser visto como a influência que o contexto pandêmico provocou na diminuição da ocorrência do estupro, entretanto, essa queda pode sinalizar a diminuição da quantidade de vítimas que notificam ou denunciam. Os dados do anuário ainda revelam que, em 2021, a cada 10 minutos aconteceu um caso de estupro no Brasil, mostrando uma diminuição em relação ao ano de 2019, utilizado como referência durante a fase de pesquisa, em que ocorria um estupro a cada 8 minutos (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022)

Dentre as mais de 66 mil notificações do ano de 2021, 75,5% referem-se a estupros de vulnerável, quando são pessoas menores de 14 anos e as consideradas incapazes de consentir, e 24,5% a estupros, que inclui os maiores de 14 anos e considerados capazes de consentir. (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022). Esses dados podem estar relacionados à alta exposição a que pessoas consideradas vulneráveis estão expostas, sobretudo, em um contexto de pedofilia expressivo; mas também à forma como a sociedade tende a ter uma reação de aversão maior nesses casos, o que facilita a denúncia e a notificação. Quanto à caracterização dos episódios de estupro notificados em 2021: 88,2% das vítimas são do sexo feminino e 11,8% do sexo masculino, demonstrando a influência do sistema cisheteropatriarcal sobre o problema da violência sexual. Quanto ao perfil étnico-racial, 52,2% das vítimas eram negras, 46,9% eram brancas e menos de 1% amarelos e

² No original: *On average, 736 million and up to 852 million women who were aged 15 years or older in 2018 (almost 1 in 3 women) have experienced one or both of these forms of violence at least once in their lifetime.*

³ No original: *Overall, an estimated 6% (UI 4–9%) of women from both age groups (15–49 years, and 15 years and older) have been subjected to non-partner sexual violence at least once in their lifetime (since reaching the age of 15).*

indígenas (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022). Percebe-se uma pequena diferença quanto ao acometimento de mulheres brancas e não-brancas, o que pode estar associado às condições de invisibilidade e invalidação que o recorte de raça produz, dificultando a notificação de mulheres negras e indígenas, principalmente, aquelas pertencentes a classes mais baixas.

Segundo o anuário, dentre as 27 unidades da federação, o Maranhão ocupa a 13ª posição no *ranking*, tendo notificados 1.903 casos de estupro no ano de 2021 e expressando um aumento de 13,8% em relação ao ano anterior, que registrou 1.663 casos. Desses casos, cerca de 73,2 % foram registrados como estupro de vulnerável (1.393) e 26,8% como estupro (510). Do total, cerca de 90% das notificações foram do sexo feminino, com um número expressivo de 1.718 episódios. Dados recentes da Casa da Mulher Brasileira – MA (SUA CIDADE, 2022), órgão estadual especializado no atendimento dos vários tipos de violência contra a mulher, mostram que dos meses de janeiro a junho de 2022 já foram registrados quase 300 casos de estupro no estado, excluídos desse número as notificações de estupro de vulnerável.

Ao pontuar as estatísticas que representam o problema do estupro, é necessário atentar-se ao fato de que esse número é ainda maior, devido aos obstáculos tanto na percepção da violação, muitas vezes a linha entre o ato consentido e não consentido é tênue e pouco clara; quanto pela subnotificação, dificultando a real dimensão da questão. A subnotificação é escancarada em uma sociedade que produz um cenário de insegurança e desconfiança por descredibilizar a palavra das mulheres e pela falta de ferramentas de registro do problema que não sejam provenientes apenas das denúncias registradas, que não são feitas na maioria dos casos. Uma pesquisa recente do Instituto Patrícia Galvão (2020) mostra que oito a cada dez mulheres violentadas não buscam nenhum serviço de atendimento, pelos mais variados motivos, como vergonha/constrangimento em expor o ocorrido, medo de ser exposta publicamente, insegurança em acreditarem na sua palavra, medo de represálias por parte de familiares e amigos, sensação de culpa, dentre outros.

Como afirmam Souza e Adesse (2005, p. 26): "A subnotificação da violência sexual é motivada também pela dificuldade da sociedade em lidar com a questão nos diferentes setores: judiciário, de segurança e de saúde [...] um problema que revela uma moral conservadora". Nesse cenário de insegurança e desconfiança, as mulheres são duplamente violentadas, pois são deslegitimadas e silenciadas nas mais diversas esferas, seja pela desconfiança no sistema judiciário ao julgar os casos denunciados, cuja maioria é marcada pela impunidade; seja pela falta de apoio do setor de segurança pública; seja pela escassez de

conhecimento/preparo e ausência de tato dos profissionais da saúde e/ou da assistência social ao lidarem com mulheres vitimadas; seja pelo medo do julgamento da sociedade moralista, patriarcal e misógina. Sendo assim, a mulher vítima das violações sexuais vivencia os sentimentos de medo e de desconfiança, que a levam a optar pela não exposição, o que se reflete na considerável subnotificação de casos não denunciados (OMS, 2002). A inversão da culpa para as mulheres vitimadas é uma ação que reforça as formas de opressão sofridas por elas.

É nesse contexto de alta incidência e subnotificação, que 52% ou 85,7 milhões de brasileiros conhecem pelo menos uma mulher ou menina que foi vítima de estupro (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2020). Para além das consequências geradas por um episódio do estupro, existem as repercussões que essa circunstância de vulnerabilidade produz na vida de mulheres não acometidas por essa violação. Em 2016, uma pesquisa realizada pela organização ActionAid (2021) mostrou que 86% das 503 mulheres entrevistadas têm medo de sair às ruas, devido à exposição a violações. Em 2013, uma pesquisa da Think Olga (2020a), uma Organização Não-Governamental (ONG) feminista, apontou que 81% das 7.769 mulheres entrevistadas revelaram já ter deixado de fazer alguma coisa com medo do assédio e 90% já trocou de roupa em função do medo de sofrer assédio em determinados locais.

De acordo com a pesquisa do Instituto Patrícia Galvão (2020), o estupro de mulheres e meninas é percebido como fonte constante de medo na vida da população, sendo que 95% das mulheres têm medo de serem vítimas de estupro, dentre elas, 78% têm muito medo. As mulheres percebem essa violação das mais diversas formas, como “O ato de violar o corpo de uma mulher à força sem seu consentimento”, “É uma violência não só física mas sim mental”, “Prática do sexo forçado, uma agressão física/emocional, abuso físico” etc. (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2020). Não é saudável para as mulheres terem constantemente seus corpos vulnerabilizados e suas vidas expostas, com os deslocamentos cotidianos ameaçados. É o reflexo de uma estrutura patriarcal que considera seus corpos objetificados e públicos. Um cenário em que o estupro produz medo, insegurança e preocupação nas mulheres, em torno do seu corpo e da sua existência, o que pode ser percebido como mais uma violência.

2.4 O CONCEITO DE GÊNERO E A NOÇÃO DE PODER

Ao falar sobre o estupro como uma violação contra mulheres e como reflexo da violência de gênero, faz-se necessário trabalhar com o conceito de gênero, que produz a categoria mulher. No contexto ocidental, o gênero passou a ser discutido de forma mais crítica

pelo movimento feminista a partir das discussões sobre a desigualdade vivida por mulheres em relação aos homens. Ao longo do tempo, deixou de ser definido por uma perspectiva puramente biológica e passou a ser lido como uma categoria histórica de construção social do que é feminino e masculino (SAFFIOTI, 2004). Os feminismos deslocaram o conceito de gênero, lidos como construções sociais, culturais e históricas que impõem as identidades, os comportamentos e os papéis de acordo com o sexo (características biológicas, anatômicas e fisiológicas); e que estabelecem direitos, espaços, ações e condutas designadas a cada um dos gêneros (GARCIA, 2011). Então, o gênero passou a ser entendido como uma identidade, seja ela feminina ou masculina, baseada no sexo.

A filósofa Judith Butler (2003) propõe uma outra forma de se pensar o gênero e o sexo, adotada no presente trabalho, entendendo ambos como produções discursivas, que são socioculturalmente baseadas em uma concepção binária e heterossexual. Portanto, não há uma diferenciação de um enquanto cultural e outro como biológico, "[...] talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma." (BUTLER, 2003, p. 25). Da mesma maneira que a concepção de sexo anatômico e fisiológico propõe um determinismo biológico, pensar que o gênero está interligado a ele como uma construção social, propõe um determinismo cultural. Nessa conjuntura, desde o início da sua existência, o sujeito está designado a um sexo e compulsoriamente a um gênero, que vai definir a forma como ele se comportará, se vestirá, as relações que irá manter e a forma como vai estar no mundo. O "É menino ou menina?" é uma prática discursiva de poder que circunscreve o corpo culturalmente (BUTLER, 2003). Essa concepção é excludente a partir do momento que não considera outras identidades nas quais o gênero não é proveniente do sexo e ainda aprisiona o sujeito em uma forma de existir e ser no mundo.

O sexo não está dado de forma prévia, como anterior à cultura, como uma estrutura neutra em que a cultura age estabelecendo o gênero, ele é também parte dessa cultura. Dessa forma, o gênero não é considerado originário de uma determinação biológica do sexo, pois descarta-se a contraposição biológico x cultural. De acordo com Butler (2003, p. 59), "O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser". Então, o gênero é considerado como uma complexidade, em que a característica da totalidade não é bem estabelecida, não sendo pensado como algo bem definido e limitado. É uma performatividade, produzida e imposta por práticas de regulação da sua identidade (BUTLER, 2003). Ou seja, o sujeito performa o que é considerado feminino ou masculino a partir de dispositivos de regulação que

estabelecem o que é ser homem ou ser mulher, são identidades forjadas nos discursos produzidos na sociedade e na cultura.

Essa construção acerca da regulação fundamenta-se na analítica de poder de Foucault (1977/2006), definido por forças que agem em todo o tecido social e que circulam não somente de forma verticalizada do Estado e suas instituições para os indivíduos, mas também entre eles, engendrando relações hierarquizadas. “As relações de poder existem entre um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os pais e as crianças [...] na sociedade, há milhares e milhares de relações de poder” (FOUCAULT, 1977/2006, p. 231). É a atuação dos micropoderes, utilizados como forma de manutenção do poder, introjetados em cada sujeito e enraizado nas relações. Portanto, o poder opera em diversas instâncias: atua na sociedade, nos sujeitos, entre eles e fora deles. Também está ligado à regulação dos corpos, dos comportamentos sexuais e dos desejos, pois “O corpo humano é [...] uma força de produção, mas o corpo não existe tal qual, como um artigo biológico ou como um material. O corpo existe no interior e através de um sistema político.” (FOUCAULT, 1978/2006, p. 259). Na construção de gênero, esse sistema é o cisheteropatriarcado, que produz discursivamente identidades que devem seguir a matriz heterossexual, uma produção sociocultural que promove uma constituição estável e coerente do sexo, do gênero e do desejo como aspectos naturalizados dos indivíduos. Além de circunscrever o corpo feminino, estabelecendo seus limites e suas bordas.

No século XVII das sociedades disciplinares, a sexualidade era regulada pela repressão, por meio de técnicas de proibição, censura e negação, pois o advento do capitalismo demandava que toda a energia fosse direcionada ao trabalho. Era um poder de repressão contra as energias inúteis, a intensidade dos prazeres e as condutas irregulares, destinado ao controle dos corpos dos sujeitos como forma de torna-los aceitáveis e úteis de acordo com uma moral cristã e capitalista burguesa da época (FOUCAULT, 1988). A partir do surgimento da biopolítica na Idade Moderna, o poder articula-se ao saber para forjar verdades por meio dos conhecimentos em torno do sexo e da sexualidade, é o discurso científico produzido pela ciência sexual (FOUCAULT, 1988). O controle passa dos sujeitos e seus corpos, no poder disciplinar, para a população e a regulação da vida, na biopolítica. Apesar do surgimento de outras formas de controle ao longo dos anos, ainda hoje, as técnicas disciplinares dirigidas aos corpos e as técnicas biopolíticas de regulação sobre a vida forjam identidades fixas do que é ser mulher, estabelecendo formas de se comportar, de pensar e de sentir. Os corpos não são anteriores aos discursos, mas por eles são constituídos. O corpo é circunscrito pelo poder e inscrito pela cultura e pelo social.

Sendo assim, percebe-se que a noção de sujeito está subordinada ao gênero e à sua identidade, provenientes de um sexo, como se o sujeito só fosse aquilo que a sua identidade de gênero o permite ser. O gênero para Butler (2003) é elaborado a partir de uma visão crítica da identidade, lida como um efeito normativo, na qual questiona-se a ideia de um caráter unitário na constituição da identidade feminina, baseada em uma representação binária de homem/mulher, masculino/feminino e heterossexual/homossexual/bissexual. Lida a partir de Foucault (1988), a identidade é um dispositivo de controle e promovedor de uma hierarquia, pois é estabelecida e regulada pelos regimes e dispositivos de poder, fazendo com que os sujeitos sejam efeitos das normas que definem previamente o sexo, o gênero e os comportamentos a eles associados. Os corpos são inscritos nessa normativa e passam a ser lidos a partir do gênero, ou seja, há uma prescrição gendrada ou generificada, que estabelece os papéis a serem assumidos e desempenhados de acordo com o gênero e que conduz a forma como esse corpo se apresenta e se comporta.

Parte-se da ideia de que o binarismo heteronormativo e a identidade de gênero universal precisam ser questionados, pois não há uma substância do feminino ou do masculino. Butler (2003) rompe com a dualidade intrínseca entre sexo e gênero, buscando para além de identidades generificadas, pensar o gênero como uma categoria fluída. Entretanto, sem desconsiderar as assimetrias existentes em uma sociedade patriarcal, pois elas existem na concretude da realidade. Por outro lado, tal postura promove uma ruptura com um conceito de identidade que aprisiona as formas de existir em categorias pré estabelecidas de gênero. Pensar o gênero como performatividade é abrir caminhos para uma ruptura com a constituição do ser mulher ou do ser homem, possibilitando diversas formas de ser que estejam desvincilhadas do binarismo heterossexual opressor, que produz a dominação masculina, o sexismo e outras formas de opressão. É pensar que o corpo não é uma superfície dada esperando que sentidos sejam atribuídos para que ele possa se constituir de forma identitária, mas sim "[...] um conjunto de fronteiras, individuais e sociais, politicamente significadas e mantidas." (BUTLER, 2003, p. 59). Essa reconfiguração da significação da identidade, agora tomada como um processo de constante transformação e produção, historiciza o corpo e o sexo. O corpo não se limita ao biológico, mas é uma espécie de superfície onde o social está circunscrito, como diz Foucault (1988).

Considerar identidades fluídas não é descartar uma representatividade do grupo de mulheres. Como afirma Butler (2003), é realizar uma crítica à criação de uma identidade universal de um sujeito do feminismo, produzido e naturalizado pelas estruturas de poder. Os feminismos que lutam contra um sistema patriarcal universal, desconsideram as identidades

constituídas em outros contextos históricos e culturais. Existem diversos atravessamentos que transcendem o "ser mulher", pois o gênero está estritamente ligado a questões raciais, étnicas, classistas e sexuais (BUTLER, 2003). O estabelecimento de uma identidade feminina é normativo e excludente, pois desconsidera que outras identidades existam e possam surgir, somente considerando o que os dispositivos estruturadores da heterossexualidade naturalizada conseguem compreender como gênero. O ser mulher emerge como performatividade descontínua e interrupta de identidades fluídas, como uma estratégia de luta contra o poder exercido pelo estabelecimento de uma identidade universal de gênero, que marca esses corpos.

2.5 O FEMINISMO NEGRO E A INTERSECCIONALIDADE

Diante de uma realidade de ameaça a existência de mulheres, o movimento feminista surgiu com objetivo de lutar pelos direitos desse grupo minoritário e pela igualdade entre os gêneros, posicionando-se contra a assimetria das formas de poder que operam na sociedade. O movimento surgiu quando as mulheres começaram a compartilhar suas vivências de sofrimento e desigualdades produzidas pelo gênero e uniram-se na luta contra o sistema patriarcal e sexista. É um movimento de libertação das mulheres, que iniciou as discussões sobre os papéis de gênero e suas repercussões (HOOKS, 2019). Inicialmente, esse movimento foi conduzido por mulheres brancas de classes mais abastadas que lutavam para inscreverem-se nos espaços públicos. Dito isso, o feminismo branco mostrou-se hegemônico e essencialmente excludente, refletindo uma luta de viés branco, elitizado e eurocêntrico, permeada por privilégios. Como assinala Hooks (2019), isso demandou o surgimento de um feminismo plural, que, do centro à margem, englobasse a diversidade de perspectivas e necessidades que cada mulher possui, a partir do seu lugar de existência.

Dentre as diversas vertentes teóricas dos feminismos, o presente trabalho utilizou o Feminismo Negro como referencial teórico, que se caracteriza como movimento emancipatório, de erradicação das diversas opressões e de reestruturação social (CARNEIRO, 2003). As feministas negras propõem a criação de um feminismo que considere suas existências, vivências, lutas e necessidades, ignoradas pelo movimento antirracista dos homens negros e do feminismo hegemônico das mulheres brancas (AKOTIRENE, 2019; DAVIS, 2016). Então, essa vertente busca a superação das contradições produzidas pelas hegemonias por meio de um ativismo que luta por todas as mulheres e contra todas as opressões, assim, visando uma real transformação da realidade.

O Feminismo Negro utiliza a ferramenta da interseccionalidade como categoria de análise. Segundo Akotirene (2019), a interseccionalidade, conceito inaugurado pela intelectual Kimberlé Crenshaw, é um instrumento teórico metodológico que sustenta a ideia da indissociabilidade entre as estruturas patriarcais, racistas e capitalistas, que produzem as opressões de gênero, raça e classe. Para utilizá-la como ferramenta é necessário operar com os conceitos de raça, classe e gênero, que tornam possível uma visão sensibilizada sobre as construções identitárias produzidas pelas estruturas hegemônicas, e estar atento à matriz colonial moderna, para que não haja a primazia de uma forma de opressão em detrimento das outras (AKOTIRENE, 2019). Dessa forma, torna-se necessária a compreensão do estupro a partir da interseccionalidade entre gênero, sexualidade, raça e classe, entendidos enquanto conceitos centrais para as formas de opressão produzidas pelo cisheteropatriarcado, pelo racismo e pelo capitalismo.

A partir disso, o Feminismo Negro surge como uma proposta de reflexão sobre a condição das mulheres não brancas, mediante uma postura de diálogo com as ideias feministas já propagadas, caracterizadas por sua base epistemológica eurocêntrica e universal. Dessa forma, o Feminismo Negro tenta inserir as questões étnico-raciais e classistas que são transversais para mulheres não brancas e pobres. Como assinala Gonzalez (1988), o movimento antirracista e o feminismo surgem como questionamento da construção de ideologias de dominação a partir de diferenças biológicas; como o conceito de raça, que estabeleceu uma “[...] estrutura biológica que situava uns em situação natural de inferioridade em relação a outros, [...] principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia.” (QUIJANO, 2005, p. 117).

A história da sociedade ocidental é marcada por narrativas que estabelecem a desigualdade entre os gêneros, pois ao adotar o patriarcado como um sistema político de estruturação social promove a imposição de uma cultura de supremacia e dominação masculina que, segundo Oyěwùmí (2020), é sustentada pela religião cristã e pela construção ocidentalizada de uma família nuclear, na qual os papéis de gênero são estabelecidos de acordo com o binarismo heteronormativo. A concepção de androcentrismo/machismo é fundamental para essa discussão, pois de acordo com Garcia (2011), ao perceber o masculino como universal e superior, o homem passa a ser considerado como representante da humanidade. Assim, a sociedade passa a ser estruturada pelo patriarcado, um regime que estabelece um contrato social que confere direito político do homem sobre a mulher (SAFFIOTI, 2004). O patriarcado é considerado uma “forma de organização política, econômica, religiosa, social baseada na ideia de autoridade e liderança do homem [...] [que]

surgiu da tomada de poder histórico por parte dos homens que se apropriaram da sexualidade e reprodução das mulheres.” (REGUANT, 1996, p.20, apud GARCIA, 2011, p.17). Ainda segundo Garcia (2011), esse sistema se utiliza do sexismo, ideologia que mantém mulheres em condição de subordinação, inferiorização, exploração e dominação, para afirmar o poder do homem.

Portanto, a concepção do que é ser mulher foi construída de forma misógina e estereotipada, relacionada a uma postura de passividade, à função de cuidado e restrita ao espaço doméstico. Ao homem foram designadas as funções de posse e controle sobre o núcleo familiar, como sujeito ativo nos âmbitos público e privado. Em uma sociedade patriarcal, a mulher é oprimida e violentada em diversas esferas da sua vida e de diferentes maneiras, pois a desigualdade de gênero produz uma relação de poder assimétrica e hierárquica do homem sobre a mulher. Isso repercute em uma postura de negação dos direitos das mulheres, principalmente sexuais e reprodutivos, e de materialização da violência, ao considerar o corpo de mulheres como objetos de posse e de satisfação dos desejos sexuais masculinos.

A análise do estupro no Brasil é indissociável da sua condição de país colonizado e da história da escravidão, associada ao sistema capitalista. Por meio disso, torna-se possível pensar o estupro também como ferramenta do racismo, por meio da hipersexualização do corpo de mulheres negras e indígenas, consideradas promíscuas e com passe livre para essas violações. De acordo com Davis (2016), as mulheres negras escravas pouco foram afetadas pela ideologia da feminilidade do século XIX. As relações econômicas e sociais entre senhores e escravas eram duplas: no trabalho das lavouras, as escravas eram consideradas iguais aos homens e somente eram permeadas pela questão de gênero quando a condição de mulher era utilizada como ferramenta de castigo, opressão e exploração (DAVIS, 2016). O estupro funcionava como maneira de imposição do controle e do poder econômico do senhor às escravas, “o direito alegado pelos proprietários e seus agentes sobre o corpo das escravas era uma expressão direta de seu suposto direito de propriedade sobre as pessoas negras como um todo.” (DAVIS, 2016, p.180). A intersecção entre o racismo e o sexismo permite a reflexão sobre as repercussões que o colonialismo e a escravidão geraram (e ainda geram) na vida de mulheres negras e indígenas e sobre as diversas nuances que o estupro adquire quando analisado por esse recorte.

O capitalismo, enquanto sistema econômico-político de dominação e exploração, produz uma escancarada desigualdade social, dicotomizando a elite, em sua maioria branca, e as classes populares, majoritariamente negras. Articula-se às demais opressões para reafirmar o poder do homem branco de elite, por meio de uma divisão sexual do trabalho que considera

as mulheres restritas ao âmbito doméstico e às funções de cuidado. Além disso, quando adentram o mercado de trabalho, elas são consideradas mão-de-obra inferior, assumindo uma dupla (por vezes, tripla) jornada de trabalho. As mulheres de classes mais baixas não enfrentam o estupro da mesma maneira que as demais, pois o recorte a partir da intersecção com a classe torna possível a análise dos “[...] obstáculos econômicos e socioculturais e seu impacto no acesso à justiça e a direitos para as mulheres e as formas como contribuem para o agravamento das condições de vulnerabilidade a que podem estar expostas em decorrência do meio sociocultural em que estão inseridas.” (ONU MULHERES, 2016, p.35).

Ao analisar o estupro como ferramenta do patriarcado, do racismo e do capitalismo, entende-se a forma como as estruturas de poder determinam relações gendradas, sexualizadas e racializadas na sociedade. Diante das violências geradas nessas relações de dominação, permeadas por estratégias de poder, as mulheres têm os seus corpos considerados públicos. A dominação masculina funciona como um dispositivo de controle dos corpos lidos como femininos. Como salienta Foucault (1988), esses corpos são regulados por normas e técnicas de controle, que passaram a ser fetichizados e considerados como objetos de consumo para o homem. São corpos circunscritos socioculturalmente, como efeitos do poder e do discurso, que é machista, sexista, racista, classista. Assim como o poder opera por meio das estruturas de opressão de gênero para a criação de identidades fixas gendradas, ele também se utiliza das estruturas racistas e capitalistas para a criação de identidades racializadas e classistas, permitindo que essas identidades fixas se cruzem, intensificando a desvantagem social de alguns sujeitos em detrimento de outros.

3 METODOLOGIA

3.1 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

A conduta adotada no decorrer da pesquisa baseou-se no Código de Ética Profissional do Psicólogo e nas Resoluções nº 466/12 e nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamentam a ética de pesquisas com humanos. Foi assumida uma postura ética de reconhecimento dos direitos humanos com compromisso de evitar atitudes baseadas em preconceitos ou discriminações.

As mulheres participantes assinaram o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido - TCLE (APÊNDICE A), obtendo informação e esclarecimento, de forma simples e objetiva, sobre a pesquisa, a participação voluntária, a privacidade e o sigilo durante todas as fases, inclusive na divulgação dos resultados obtidos, utilizados apenas para fins acadêmicos. Foram garantidos os direitos, a autonomia e o respeito às participantes da pesquisa, o que viabilizou a construção de uma relação de confiança entre elas e a pesquisadora. O TCLE também garantiu o armazenamento adequado dos dados coletados, sob guarda e responsabilidade da pesquisadora, que compõem este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do tipo monografia e que podem ser divulgados em eventos acadêmicos ou revistas científicas, com as identidades das participantes mantidas anônimas.

Considerou-se que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos dos mais diversos. Compreende-se o estupro como um assunto que envolve diversas questões que mobilizam sentimentos e afetos na vida de mulheres, mesmo as que não foram violentadas sexualmente, podendo acarretar em possíveis prejuízos e riscos de ordem emocional e psíquica. Por isso, durante a pesquisa, foi imprescindível a adoção de uma postura ética de cuidado e de acolhimento para minimizar esses possíveis danos.

O encontro com as participantes ocorreu sob supervisão da professora e psicóloga Claudia Aline Soares Monteiro (CRP: 22/01392), orientadora da pesquisa. A coleta de dados foi realizada de forma virtual devido ao contexto de pandemia atual, a conduta foi baseada no Ofício Circular nº 2/2021 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), que possui orientações de procedimentos para pesquisas em ambiente virtual. O projeto da pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil - nº CAAE: 51603221.0.0000.8707- e obteve parecer de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB) - parecer nº 5.299.048.

3.2 DELINEAMENTO

A pesquisa científica utiliza-se de uma metodologia, enquanto um conjunto de técnicas articuladas a teorias, para atingir sua finalidade de exploração e compreensão de um objeto de estudo/de uma realidade. A presente pesquisa teve como objetivo o entendimento das percepções sobre estupro a partir das significações atribuídas e produzidas por mulheres não violentadas sexualmente. Ao considerar o seu objeto de estudo como histórico e entendê-lo constituído por sujeitos marcados pela cultura e historicidade do seu tempo e espaço, a presente pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa (MINAYO, 1994b). Esse tipo de pesquisa possibilita uma compreensão contextualizada do objeto de estudo, em sua relação com o social e “[...] com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos [...]” (MINAYO, 1994b, p. 21-22).

A partir dessa metodologia, foi assumida uma postura de pesquisadora/investigadora como um ser social ativo, pois há uma relação de identidade com os sujeitos participantes, sendo ela também considerada um sujeito historicizado, que influencia o meio sociocultural e por ele é atravessada. Assim, aqui desconstrói-se a ideia de que há uma neutralidade absoluta em pesquisas, que não se tornam menos científicas por isso, visto que o rigor aos métodos e às técnicas se mantém para validação dos resultados obtidos e interpretados.

Com a finalidade de realizar uma investigação minuciosa dos sentidos e significados das atitudes e das relações sociais, foi realizada uma pesquisa de campo, utilizada “[...] com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema [...]” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 186). Visando a compreensão da percepção de mulheres não violentadas sexualmente sobre o fenômeno do estupro, o estudo de campo tornou possível um aprofundamento das questões que envolvem esse problema de pesquisa, por meio do contato direto com o público estudado (GIL, 2002). De acordo com Minayo (1994b, p. 51), essa metodologia “se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo”. Quanto aos objetivos, optou-se pela pesquisa do tipo exploratória, pois tem a finalidade de “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses [...]” (GIL, 2002, p. 41). Portanto, essa metodologia é caracterizada pela maior aproximação com o tema para o desenvolvimento do seu estudo.

Dada a complexidade do problema, foi realizada uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa, de caráter exploratório, que abordou as percepções e significações construídas por mulheres não violentadas sexualmente sobre o estupro e a forma que as afeta. Optou-se por tais métodos pela maior aproximação com as participantes e suas subjetividades, conferindo a elas o protagonismo e o direcionamento das percepções, opiniões e sentimentos de sua própria história. De acordo com Minayo (1994b, p. 14) “[..] não é apenas o investigador que dá sentido a seu trabalho intelectual, mas os seres humanos, os grupos, e as sociedades dão significado e intencionalidade a suas ações e a suas construções [...]”. A investigação foi referenciada pelos estudos de gênero a partir do Feminismo Negro e a intersecção com o pensamento de Foucault, buscando entender a construção da categoria mulher e seus atravessamentos a partir de dispositivos de poder.

3.3 PARTICIPANTES

As participantes foram cinco mulheres adultas residentes na cidade de São Luís - MA, que foram voluntárias no estudo após responderem a uma chamada pública por meio de divulgação da pesquisa em meios de comunicação e redes sociais. A quantidade definida, que torna factível a execução de uma pesquisa de conclusão de curso de graduação, viabiliza um estudo aprofundado e a investigação das hipóteses elaboradas; não possuindo como objetivo principal a absoluta representatividade da população de mulheres da cidade de São Luís, mas a análise enriquecedora dos significados e percepções atribuídos e produzidos pelas mulheres participantes em relação ao fenômeno do estupro.

Os critérios de inclusão foram: ser mulher; possuir entre 18 e 50 anos de idade; nunca ter sofrido um episódio de estupro, mediante afirmação no primeiro contato com a pesquisadora de que nunca sofreu um episódio de estupro. Buscou-se uma seleção que incluísse mulheres de diversas faixas etárias, sexualidades, identidades étnico-raciais e classes sociais, como forma de ampliar as variáveis a serem consideradas na análise dos dados, produzindo resultados que contribuíssem para uma discussão sobre as percepções de diferentes mulheres em uma pesquisa interseccional.

Como critério de exclusão: ter sofrido um episódio de estupro, ainda que isso fosse relatado após a mulher ter sido incluída como participante, pois entende-se que essa violação envolve diversas nuances e configura como um acontecimento traumático que demandaria um estudo próprio. Cabe ressaltar que, ainda que não participassem do estudo enquanto

produtoras de fontes de dados, as mulheres que sofreram episódio de estupro seriam acolhidas.

No presente estudo, a partir das contribuições de Minayo (2017) sobre a pesquisa qualitativa, foi priorizada a aproximação com o objeto de estudo (que também é sujeito, composto ao mesmo tempo pelo pessoal e pelo coletivo) com suas características, vivências, percepções e significados, considerados em relação aos objetivos da pesquisa. As contribuições do Feminismo Negro e de Foucault, aliadas à ferramenta da interseccionalidade, serviram como embasamento para a compreensão das percepções sobre o fenômeno do estupro a partir do lugar que cada mulher participante ocupa na sociedade e no seu contexto de existência. Dessa forma, busca-se entender as significações na intersecção com categorias, como gênero, sexualidade, raça e classe social.

3.4 LOCAL

Diante do contexto pandêmico atual, todos os devidos cuidados de segurança em saúde coletiva foram obedecidos. Em situação de comum acordo, os contatos estabelecidos e a coleta de dados foram realizados de forma virtual, respectivamente, por meio do aplicativo de comunicação *WhatsApp* e da plataforma *Google Meet*. Como já fora mencionado, a conduta foi baseada no Ofício Circular nº 2/2021 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), que regulamenta qualquer etapa de pesquisas em ambiente virtual, sendo assegurados a confidencialidade, o sigilo e o armazenamento dos dados e informações das participantes da pesquisa.

3.5 INSTRUMENTOS E MATERIAIS

Para coleta de dados, foram utilizados o Questionário Sociodemográfico (APÊNDICE B), o Roteiro de Entrevista (APÊNDICE C) e a técnica de observação. O primeiro instrumento foi utilizado para coleta de dados sociodemográficos e de identificação pessoal, como a idade, o perfil étnico-racial, a orientação sexual, o estado civil, a escolaridade, a atividade ocupacional, as pessoas com as quais reside, a renda familiar e as atividades de lazer realizadas. Tais dados foram selecionados com o objetivo de possibilitar a maior compreensão acerca das participantes e o contexto em que cada uma está inserida, que são características relacionadas às suas percepções e vivências. Além disso, a inserção dos dados de perfil étnico-racial, renda familiar e orientação sexual justifica-se por meio dos objetivos a serem

atingidos pela presente pesquisa, ao buscar a problematização do estupro na intersecção com categorias como gênero, sexualidade, raça e classe.

O segundo instrumento, o Roteiro de Entrevista, foi destinado à coleta de dados sobre as percepções das mulheres acerca do estupro e da forma que as afeta. Ele divide-se em duas partes: a primeira, composta por uma atividade de apresentação das participantes, da pesquisadora e da professora orientadora da pesquisa para o grupo; e a segunda, uma entrevista não-diretiva composta por questões disparadoras destinadas à busca de informações, percepções, significados e sentidos atribuídos ao estupro e suas repercussões por mulheres não violentadas sexualmente, além de abordar os atravessamentos do corpo lido como feminino e outras vulnerabilidades.

De acordo com Chizzotti (2000), a entrevista não-diretiva, originada de uma técnica psicoterapêutica desenvolvida por Carl Rogers, é definida pela utilização do discurso livre, que busca a expressão de vivências, opiniões e representações fidedignas do entrevistado no contexto em que ocorrem, demarcando a sua singularidade perante o tema estudado. Dessa forma, a técnica é caracterizada por uma discussão aberta e de abordagem livre em relação a um tema proposto previamente pelo entrevistador/pesquisador. Nessa modalidade, não há a formulação de perguntas diretas. O direcionamento ao tema e aos objetivos a serem atingidos ocorre a partir de questões disparadoras que provoquem a reflexão dos entrevistados. A entrevista não-diretiva caracteriza-se também pela flexibilidade para discussão de outros assuntos relacionados ou não tema do estudo, podendo haver necessidade de intervenções do entrevistador para manutenção no eixo temático abordado, atitude favorecida por uma escuta ativa e receptiva (CHIZZOTTI, 2000). A escolha pela realização em grupo ocorreu devido à possibilidade de maior interação, dinamicidade e aproximação por meio de perguntas disparadoras pautadas no assunto central da pesquisa.

A técnica de observação participante também foi utilizada e consiste no contato direto do pesquisador com os atores sociais do estudo, visando a obtenção de informações por meio dos sentidos, não obtidas a partir de perguntas, e que torna possível a identificação de características que podem passar despercebidas. (LAKATOS; MARCONI, 2003; MINAYO, 1994b). Dessa maneira, foram observados comportamentos verbais e não verbais relevantes, relacionados ao objeto de estudo da pesquisa.

Quanto aos materiais, foram utilizados: um celular, que permitiu a divulgação da pesquisa e o contato com as participantes; um notebook, para a realização do encontro em grupo com as participantes em uma plataforma de ambiente virtual e para a transcrição da entrevista; um gravador de voz, que possibilitou a posterior análise da entrevista, com a

captação de outros elementos comunicacionais, e para que as informações obtidas ficassem registradas, podendo ser consultadas quando necessário.

3.6 PROCEDIMENTOS

3.6.1 Coleta de Dados

A fase de coleta de dados foi desenvolvida entre os meses de fevereiro e março de 2022. O primeiro passo foi direcionado à seleção das participantes, após a divulgação da pesquisa nos meios de comunicação e mídias sociais, que continha um link para o Formulário de Participação (APÊNDICE D) no aplicativo *Google Forms*. O formulário era formado por uma breve explicação sobre a pesquisa e alguns questionamentos quanto à idade, à disponibilidade para o encontro em grupo, à ocorrência de um episódio de estupro (critério de exclusão), à aceitação em participar da pesquisa e ao contato telefônico. Após a análise das 16 respostas obtidas, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão, foram escolhidas as 4 mulheres participantes. A escolha foi embasada nos objetivos da pesquisa, como forma de produzir um estudo interseccional que considerasse os diversos atravessamentos da categoria mulheres, considerando suas idades, identidades étnico-raciais, sexualidades e classes sociais. Em um primeiro momento, foram selecionadas 4 mulheres, mas mediante incerteza de participação de uma das integrantes do grupo, foi selecionada mais uma participante. No dia do encontro, todas conseguiram estar presentes, totalizando 5 mulheres como participantes da pesquisa.

Foi realizado um primeiro contato individual com cada participante, por meio do aplicativo *WhatsApp*, visando a apresentação da pesquisadora e a explicitação dos objetivos da pesquisa, no qual foi ressaltada a importância da contribuição acadêmica e social das participantes na compreensão das percepções sobre o fenômeno do estupro e a forma como afeta a vida de mulheres não violentadas sexualmente. Além disso, foi enviado previamente o TCLE, com um tempo adequado para uma tomada de decisão livre e esclarecida. Após a aceitação para a participação na pesquisa com a respectiva assinatura digital do TCLE, as mulheres foram novamente contactadas para o agendamento da realização do encontro, de acordo com suas disponibilidades de datas e horários. Antes do encontro, ocorreu o envio do Questionário Sociodemográfico para que as participantes respondessem individualmente às questões de identificação pessoal solicitadas.

No dia encontro, no ambiente virtual da plataforma *Google Meet*, o TCLE foi apresentado oralmente para esclarecimentos sobre a pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios esperados, possíveis riscos e direitos das participantes. Foi ressaltada a garantia do caráter voluntário e o sigilo dos dados, utilizados para fins acadêmicos. Além disso, foi reiterada a disposição de responder (ou não) as perguntas e a autonomia em abandonar a pesquisa a qualquer momento, a critério das participantes.

Em um primeiro momento, a entrevista grupal iniciou-se com a apresentação da pesquisadora e da professora orientadora da pesquisa para o grupo, bem como a reafirmação dos objetivos da pesquisa e dos assuntos a serem abordados. Além disso, houve a solicitação do consentimento para a gravação, explicando que o material serviria de apoio para a análise de dados. Em sequência, houve a apresentação das participantes com a utilização de uma dinâmica em que cada uma se descreveria a partir de uma cor, baseada na pergunta “Qual cor me representa?”.

Em um segundo momento, houve a explicitação do modo de funcionamento da entrevista, enfatizando que não se buscava consenso, mas sim perspectivas e experiências diversas que pudessem agregar à discussão. A partir dos blocos de perguntas disparadoras elaboradas no Roteiro de Entrevista, foi iniciada a coleta de informações, percepções, significados e sentidos atribuídos ao estupro e suas repercussões, por meio das discussões produzidas de forma grupal pelas participantes da pesquisa. É importante ressaltar que além das perguntas disparadoras, houve intervenções para esclarecimentos, exemplificações e direcionamento de acordo com temas a serem discutidos em grupo, visando atingir os objetivos da pesquisa. O encontro foi finalizado com agradecimentos às participantes e com os feedbacks sobre a sua realização, possuindo duração de mais de 2 horas. Após a realização da entrevista em grupo, foi realizada a transcrição para facilitação da posterior análise de dados.

3.6.2 Análise de Dados

Os dados coletados foram analisados de forma qualitativa mediante a Análise de Conteúdo da professora Laurence Bardin. De acordo com Bardin (2016), a análise de conteúdo é composta por uma série de ferramentas metodológicas de análise de mensagens, que possui o objetivo de realizar as inferências de determinados conhecimentos. Esse conjunto de técnicas busca a descrição do conteúdo das mensagens e a classificação dos diversos aspectos trazidos nos relatos em categorias de conteúdo. Portanto, segundo a autora,

é uma abordagem de análise de dados de mensagens ou comunicações com objetivo de sistematização, compreensão e descrição dos conteúdos das mensagens. O método de Bardin (2016) é dividido em três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, seguidas rigorosamente para a análise dos dados obtidos na presente pesquisa.

Primeiramente, foi realizada a pré-análise, que consiste na fase de organização do material coletado para posterior análise, ou seja, a sistematização dos dados brutos (*corpus*) de forma a selecionar o material que seria analisado (BARDIN, 2016). A primeira ação foi conferir se o *corpus* estava adequado às regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. Em um segundo momento, tornou-se imprescindível a realização de uma leitura flutuante, caracterizada por uma lida rápida para selecionar o que seria de fato analisado e para identificação de elementos inferenciais iniciais. Para finalizar a pré-análise, foi realizada a referenciação do *corpus*, na qual foram estabelecidos números de referência para cada unidade de análise, visando possibilitar a identificação dos dados (BARDIN, 2016). No presente estudo, a referenciação consistiu na identificação das participantes por meio das cores escolhidas durante a apresentação no procedimento de coleta de dados.

A segunda fase, de exploração de material, consistiu na administração das técnicas no *corpus*, ou seja, na identificação do conteúdo para posterior classificação, de acordo com os objetivos da pesquisa. Nessa etapa, foram realizadas as ações de codificação e categorização do *corpus*, que, respectivamente, correspondem a transformação dos dados brutos em dados representativos com recortes em unidades menores e ao agrupamento das unidades semelhantes, sendo definidas por um título que possibilite uma generalização (BARDIN, 2016). Essas unidades de análise foram divididas em unidades de registro, que são unidades de base e de representação da categorização a ser interpretada futuramente (frases, palavras etc.) e unidades de contexto, que são aquelas que conferem significado e contexto às unidades de registro e compõem uma dimensão maior (BARDIN, 2016). Sendo assim, essa segunda etapa foi o momento de classificar os discursos em categorias de análise que estivessem relacionadas entre si quanto ao seu conteúdo, sendo agrupados elementos como falas, ideias e expressões relacionadas ao objeto estudado.

A última etapa consistiu no tratamento dos resultados, com as interpretações e inferências das categorizações de conteúdo estabelecidas. Essa fase está relacionada à análise de cada categoria, nas quais os resultados são utilizados para fins teóricos ou pragmáticos (BARDIN, 2016). É a etapa da busca por significações e representações para as quais os resultados obtidos apontaram.

No presente trabalho, optou-se pela realização da análise de conteúdo do tipo temática ou categorial, que de acordo com Bardin (2016), é utilizada em pesquisas que têm o objetivo de transformar os dados brutos em categorias para facilitar a compreensão e a discussão sobre o tema abordado, sendo adequada para conhecer e medir atitudes, opiniões e percepções dos sujeitos. Dessa forma, os relatos das participantes foram lidos, organizados e categorizados de acordo com as percepções apresentadas. Como será demonstrado nos próximos capítulos, as falas das participantes, em cada categoria, foram analisadas separadamente, buscando-se os sentidos, os significados e as percepções dos discursos de mulheres não violentadas sexualmente sobre o estupro e a forma como as afeta.

4 RESULTADOS

Os dados foram coletados, entre os meses de março e abril de 2022, com cinco participantes mulheres residentes na cidade de São Luís - MA. Os resultados dessa coleta de dados, a serem descritos, foram originados do Questionário Sociodemográfico e da entrevista em grupo. Primeiro, são explicitados os dados sociodemográficos que correspondem a caracterização das participantes. Posteriormente, são apresentados os resultados da entrevista, a partir da descrição das etapas de pré-análise e de exploração do material da análise de conteúdo, com a codificação e categorização do *corpus*.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES

Os resultados produzidos pelo Questionário Sociodemográfico dizem respeito à identificação das mulheres participantes, sendo imprescindíveis para contextualização dos seus relatos na futura análise dos dados. No Quadro 1, composto pela caracterização das participantes, foram selecionados para apresentação os dados que estão em concordância com os objetivos da pesquisa a serem atingidos:

Quadro 1 – Caracterização das participantes da pesquisa

| Idade | Escolaridade | Atividade Ocupacional | Renda Familiar Mensal | Identidade Étnico-Racial | Orientação Sexual |
|--------------|---------------------|------------------------------|------------------------------|---------------------------------|--------------------------|
| 19 | Superior incompleto | Estudante | R\$ 1.300 | Preta | Bissexual |
| 23 | Superior completo | Estagiária | R\$ 2.500 | Parda | Heterossexual |
| 30 | Superior completo | Nutricionista | R\$ 7.000 | Parda | Heterossexual |
| 39 | Superior incompleto | Técnica de informática | R\$ 8.000 | Parda | Heterossexual |
| 49 | Superior completo | Aposentada | R\$ 4.000 | Negra (albina) | Heterossexual |

Fonte: elaborado pela autora.

O quadro 1 demonstra que a idade das participantes variou entre 19 e 49 anos, com a maioria acima de 25 anos. Quanto à escolaridade e à atividade ocupacional, três possuem ensino superior completo e duas ainda estão na graduação, e de acordo com seus relatos, atuam nas áreas de informática, nutrição, administração e psicologia. Quanto à classificação socioeconômica, baseada nas categorias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022), tem-se uma delas como pertencentes à classe baixa, com renda familiar de até dois salários mínimos; duas pertencentes à classe média baixa, com renda familiar mensal entre dois e cinco salários mínimos; e duas classificadas como pertencentes à classe média, com renda mensal entre cinco e dez salários mínimos. A maioria informou ser heterossexual, apenas uma das participantes identificou-se como bissexual.

No que se refere à identidade étnico-racial, a pergunta foi realizada de forma aberta e com respostas espontâneas, sem a definição de alternativas pré-estabelecidas que indicassem cor, como normalmente são utilizados nos índices sociais, com a divisão entre branca, preta, parda, amarela e indígena. Sendo assim, quanto às autodeclarações étnico-raciais: uma se identificou como preta, três como pardas e uma como negra, declarando-se albina. O sistema de classificação racial do IBGE se utiliza de dois métodos para o enquadramento dos indivíduos em grupos: a autoatribuição, quando o próprio sujeito escolhe o grupo ao qual pertence, e a heteroatribuição, quando a escolha de pertença a um grupo é realizada por outro indivíduo (OSORIO, 2003). A autoatribuição, utilizada neste trabalho, é um método relacionado à identidade racial que foi subjetivamente construída e percebida pelo sujeito que está sendo classificado. Em concordância com a classificação do IBGE, pontuada por Osorio (2003), que considera a população negra como a junção entre pretos e pardos, foi assumido o posicionamento de classificar todas as mulheres como negras. Ao considerar a classificação étnico-racial brasileira como reflexo da sua história de constituição nacional e ao estabelecê-la com base no aspecto cultural em detrimento do biológico, os pardos estão mais próximos dos pretos tanto nas estatísticas socioeconômicas quanto como vítimas potenciais ou efetivas dos racismos presentes na sociedade brasileira (OSORIO, 2003).

Em relação aos dados não representados no quadro: apenas uma das mulheres possui filhos; a maioria reside com a figura materna, totalizando três participantes; três delas afirmaram ser casadas e duas solteiras; e relataram realizar atividades de lazer, como leitura, caminhada, dança, atividades artísticas, passeios com os amigos e assistir a filmes e séries. A partir desses elementos, é possível observar uma certa diversidade entre os perfis das participantes, o que proporcionou a realização de uma pesquisa que pudesse fazer uma intersecção entre as diferentes percepções que cada mulher possui sobre o estupro.

4.2 CARATEGORIZAÇÃO DA ENTREVISTA

O material utilizado enquanto *corpus* foram as transcrições dos relatos da entrevista em grupo. Os dados foram estudados por intermédio da análise temática de conteúdo de Bardin (2016) que possui como primeiro passo a pré-análise. Nessa etapa, a partir de leituras flutuantes dos relatos das participantes e da consequente aproximação com o material, foram realizadas a organização da entrevista e a composição do *corpus* a ser analisado, com a prévia seleção dos trechos de falas relevantes. Ainda na pré-análise, iniciou-se uma categorização simples, buscando-se falas semelhantes no material analisado. Como último passo dessa fase, foi realizada a referenciação do *corpus*, em que cada participante foi identificada a partir da cor escolhida na apresentação durante o encontro em grupo. Sendo assim, as cinco participantes são: Azul (19 anos), Lilás (23 anos), Bege (30 anos), Laranja (39 anos) e Vermelho (49 anos).

No estágio de exploração do material, foram realizadas as codificações com o recorte dos relatos em unidades menores: as unidades de registro, que foram frases significativas de representação da categorização e as unidades de contexto, que foram os parágrafos das respostas completas que contextualizam essas frases. Em um primeiro momento da fase de categorização, as unidades de registro foram analisadas e divididas em 15 categorias temáticas, de acordo com o agrupamento das unidades relacionadas a um mesmo assunto.

Mediante várias leituras, análise do material selecionado e adequação às regras de exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, exaustividade, objetividade e fidelidade (BARDIN, 2016), algumas das categorias anteriormente estabelecidas foram combinadas ou excluídas. Por fim, das 15 categorias temáticas anteriores restaram 7 subcategorias, que foram reagrupadas quanto a sua similitude em 2 categorias finais, como demonstra o Quadro 2 de “Categorização da Entrevista”.

Quadro 2 – Categorização da entrevista

| Categorias | Subcategorias |
|--------------------------|--|
| PERCEPÇÕES SOBRE ESTUPRO | Significados atribuídos ao estupro |
| | Afetos mobilizados |
| | Subnotificação como efeito da culpabilização |
| | Vivências de violação e suas repercussões |

| | |
|------------------|---------------------------------|
| PERCEPÇÕES DE SI | Ser mulher |
| | O corpo objeto |
| | Vulnerabilidades e intersecções |

Fonte: elaborado pela autora

O quadro mostra que a primeira categoria, intitulada “Percepções sobre Estupro” possui como subcategorias: Significados atribuídos ao estupro, Afetos mobilizados, Subnotificação como efeito da culpabilização e Vivências de violação e suas repercussões. E a segunda categoria, chamada de “Percepções de Si”, é subdividida nas seguintes subcategorias: Ser mulher, O corpo objeto e Vulnerabilidades e intersecções.

Por meio da codificação, foram destacadas 54 unidades de registro, que serviram como unidades de análise do conteúdo. As unidades de registro definidas compuseram o Quadro 3 de “Categorização das Unidades de Análise”, que contém as categorias e as suas subcategorias, com os trechos de falas das participantes que constituem as unidades de registro no material analisado.

Quadro 3 – Categorização das unidades de análise

| Categorias | Subcategorias | Unidades de Registro |
|------------|------------------------------------|---|
| | Significados atribuídos ao estupro | <i>“Se trata de uma violência e eu acredito que é uma violência... muito... ou melhor, que atinge muito as mulheres, né?!” (Laranja, 39 anos)</i> |
| | | <i>“O estupro é algo mais incisivo e mais agressivo, [...] essa é a percepção que eu tenho de que é algo extremamente agressivo.” (Lilás, 23 anos)</i> |
| | | <i>“Eu sei que, legalmente falando, hoje em dia não necessariamente o ato em si já é considerado, mas outras formas também.” Lilás (23 anos)</i> |
| | | <i>“Eu vejo ainda que é muito limitado, às vezes, a noção do que é estupro e o que não é pra muitas pessoas.” Lilás (23 anos)</i> |
| | | <i>“Eu não sei se tô certa ou errada quanto ao estupro só ser algo quando você não aceita ou se quando você tem uma indução aceitar isso também é um estupro.” Vermelho (49 anos)</i> |
| | | <i>“Eu me pergunto de verdade isso: o estupro só é</i> |

| | | |
|----------------------------------|-----------------------|--|
| PERCEPÇÕES SOBRE O ESTUPRO | | <i>aquela coisa violenta ou eu consinto e ele pode ser estupro?” Vermelho (49 anos)</i> |
| | | <i>“Acho que a partir do momento que há uma violação, sendo consentido ou não, quando aquela pessoa se importa em ser invadida, tanto fisicamente quanto psicologicamente, eu acredito que se caracteriza sobre o estupro.” (Bege, 30 anos)</i> |
| | | <i>“Durante a relação sexual, a mulher decide que ela quer parar por algum motivo, seja ele qual for, e a pessoa que está tendo relação sexual com aquela mulher não para, é sim estupro, independente de ter havido um consentimento no início da relação.” (Azul, 19 anos)</i> |
| | | <i>“São inúmeras situações que mesmo que a mulher falou ‘ah, eu quero isso’, depois pode ser sim uma violência, pode ser sim uma violação, né?!” (Laranja, 39 anos)</i> |
| | | <i>“Isso eu me questiono também, até enquanto pessoa casada, o quanto o estupro pode não ser essa coisa terrível.” Vermelho (49 anos)</i> |
| | Afetos Mobilizados | <i>“Esse medo eu acho que [...] ele é vigente, ele é latente sim, na maioria das mulheres.” (Laranja, 39 anos)</i> |
| | | <i>“A gente sempre é ensinado a ter medo, desde pequena, desse tipo de violência, até mais do que outras coisas.” (Lilás, 23 anos)</i> |
| | | <i>“Eu nunca tive medo de ser estuprada.” Vermelho (49 anos)</i> |
| | | <i>“Eu escutava que essa questão de maníacos pela televisão, então, maníaco x pegou 500 mulheres, não sei o que... enfim, isso ainda caía, mas não... não me aterrorizava. Eu sempre imaginei isso distante de mim.” Vermelho (49 anos)</i> |
| | | <i>“[...] a mulher tem mais sintomas e sentimentos dessa preocupação.” (Bege, 30 anos)</i> |
| | | <i>“Quando eu penso que a cada oito minutos no Brasil uma mulher é estuprada, eu fico assustada, é claro. Eu sou mulher, eu vivo no Brasil, então, claro, me sinto assustada com esse número.” Azul (19 anos)</i> |
| | | <i>“No dia a dia, teve uma época que eu era muito</i> |

| | | |
|---|--|--|
| | | <p><i>temerosa a respeito desse tipo de situação. Eu cheguei a ter pesadelos, né?! De... sei lá, estava sendo perseguida ou que ia acontecer de ser violentada, principalmente, quando era mais jovem.”</i> (Laranja, 39 anos)</p> |
| | | <p><i>Às vezes você tá ali na rua e você vê um homem e ele não tem intenção nenhuma de mexer com você, mas você já fica desconfiada, porque você tá sozinha e você sente medo.”</i> (Azul, 19 anos)</p> |
| | | <p><i>“[...] esse sentimento de desconfiança também, você acaba por não confiar nas pessoas por causa das questões te atravessam na tua condição como mulher.”</i> (Azul, 19 anos)</p> |
| | | <p><i>“Fico muito pessimista e aflita com relação ao assunto, porque parece que mesmo com a evolução tecnológica e ‘modernização’ dos valores, essa noção de violência continua.”</i> (Lilás, 23 anos)</p> |
| <p>Subnotificação como efeito da culpabilização</p> | | <p><i>“Esse número realmente parece muito grande e, provavelmente, deve ser muito maior.”</i> (Vermelho, 49 anos)</p> |
| | | <p><i>“[...] as mulheres por medo ou por vergonha, por culpa, [...] elas não denunciam. Então, pensando nisso, eu acho que esses números podem ser ainda maiores, justamente porque a gente sabe que tem pessoas que, por esses motivos, elas não denunciam.”</i> (Azul, 19 anos).</p> |
| | | <p><i>“Porque é muito difícil da posição da mulher, quando sofre uma violência de ter segurança em compartilhar. Há muito julgamento, às vezes, julgamento não das pessoas externas, mas, às vezes, da própria família, que levam a questionar a vítima.”</i> Bege (30 anos)</p> |
| | | <p><i>“Aquela mulher mesmo quando ela vai procurar o papel de segurança, ela não tem essa segurança e esse acolhimento.”</i> Bege (30 anos)</p> |
| | | <p><i>“Então, a vítima sempre é a culpada por ter sido estuprada.”</i> (Vermelho, 49 anos)</p> |
| | | <p><i>“Eu vejo muito o papel do estupro ser minimizado, tentar minimizar, colocando a vítima no papel de que ela estimulou, ela foi a culpada, que existiu algum motivo pra que acontecesse isso.”</i> (Bege, 30 anos)</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p><i>“Agora é outra coisa que sempre também ouço a mesma discussão é: então, ela foi estuprada porque a saia era muito curta, o comportamento dela não era o adequado.” (Vermelho, 49 anos)</i></p> |
| | | <p><i>“Essa questão de a vítima ter uma parcela ou então a maior parcela de culpa, porque ou ela tava com a saia curta ou ela bebeu muito, ela se deixou ficar vulnerável.” (Laranja, 39 anos).</i></p> |
| | <p>Vivências de violação e suas repercussões</p> | <p><i>“A gente não é ensinado a ter medo de um assédio, uma cantada. E claro a gente não pode comparar os graus de violência física, digamos assim, mas é algo também que mexe muito com o nosso psicológico, mas a gente não é ensinado a isso.” (Lilás, 23 anos)</i></p> |
| | | <p><i>“E a gente não tá preparado para o assédio e nem entender o assédio como uma coisa de verdade ruim.” (Vermelho, 49 anos)</i></p> |
| | | <p><i>“A gente que, vamos dizer assim, pode ter passado por alguma importunação sexual e tal, mas não chegou a ser uma violência tamanha, já é um incômodo.” (Laranja, 39 anos)</i></p> |
| | <p>Ser mulher</p> | <p><i>“A nossa sociedade é muito mais difícil pra mulher, assim desde criança, a gente começa a ser ensinada várias coisas que não é ensinado pro menino.” (Bege, 30 anos)</i></p> |
| | | <p><i>“A mulher também foi criada em relação ao papel do homem, que o homem é o protetor, o homem tem os direitos, o homem... ele não tem responsabilidades.” (Bege, 30 anos)</i></p> |
| | | <p><i>“[...] fazem distinção que a mulher certa pra casar e outras não... e a gente não vê isso dos homens.” (Laranja, 39 anos)</i></p> |
| | | <p><i>“Afinal de contas, é o servir, é o fato de que a gente tá aqui para servir, servir lindas para gerar e parir, servir lindas para ser as grandes parceiras, servir para ser as bonitas, a gente tá aqui pra servir.” (Vermelho, 49 anos)</i></p> |
| | | <p><i>“Porque os homens vão aprender... primeiro, eles têm que aprender que a gente existe, porque por incrível que pareça ainda é uma novidade, então, tem que aprender que a gente existe.” (Vermelho, 49 anos).</i></p> |
| | | <p><i>“Então, às vezes desmerece a própria capacidade da mulher.” (Bege, 30 anos)</i></p> |

| | | |
|------------------|---------------------------------|---|
| PERCEPÇÕES DE SI | | <i>“Pra algumas coisas, a mulher é menos capaz, é vista como menos capaz na sociedade.” (Laranja, 39 anos)</i> |
| | O corpo objeto | <i>“Banalizar as mulheres como se fossem menos humanas do que eles, não caracterizar uma mulher como ser humano, como uma peça de açougue, um pedaço de carne.” (Laranja, 39 anos)</i> |
| | | <i>“A gente se vê nesse papel de ser objeto, de ser objetificação do homem.” (Bege, 30 anos)</i> |
| | | <i>“O homem tem aquela taxaço de ser o másculo, de ser o detentor de poder sobre o corpo da mulher.” (Bege, 30 anos)</i> |
| | | <i>“A sociedade julga muito, se a mulher é bonita, se a mulher se veste com alguma roupa curta é porque ela não tem, por exemplo, estudo, ela não tem educação.” (Bege, 30 anos)</i> |
| | | <i>“Até eu penso da seguinte maneira: eu não estou no padrão, então isso me valida a não ter que ser comportada.” (Vermelho, 49 anos)</i> |
| | | <i>“Eu fui me sentir mais confortável comigo mesma por conta disso, por não ser mais tão jovem, por não chamar tanta atenção.” (Laranja, 39 anos)</i> |
| | Vulnerabilidades e intersecções | <i>“Dá insegurança de ser julgada e de ser objetificada ou por alguma atitude, alguma fala, que as pessoas interpretem isso como uma abertura ou como a concessão de algo.” (Bege, 30 anos)</i> |
| | | <i>“Independente da sua aparência, você tem que ser respeitada e a mulher se preocupa muito com isso, se ela vai ser respeitada com o jeito que ela trata as pessoas, se sorrir demais tá dando mole, é um monte de comentário assim.” (Laranja, 39 anos)</i> |
| | | <i>“Acho que acontece com a maioria das mulheres, usar determinado tipo de roupa ou sair na rua ou não ir pra algum lugar depois de alguns horários.” (Azul, 19 anos).</i> |
| | | <i>“Eu nunca vou me sentir à vontade de sentar numa mesa de bar sozinha [...], ali eu me sinto vulnerável, ali eu não me sinto segura, porque parece que o fato de eu não ter uma companhia me deixa a disposição, então quem quiser vai poder chegar lá e tomar meu espaço.” (Vermelho, 49 anos)</i> |

| | | |
|--|--|---|
| | | <i>“Pra mim, também uma condição que me vulnerabiliza é a deficiência.” (Vermelho, 49 anos)</i> |
| | | <i>“Acho também que a sua posição no mercado de trabalho te deixa vulnerável, [...] quando você tá no lado do proletariado, os homens se sentem no direito de te pedirem favores sexuais em troca de benefícios ali no ambiente de trabalho.” (Azul, 19 anos)</i> |
| | | <i>“Quando a mulher também tem, por exemplo, menos condições socioeconômicas favoráveis, se ela depende de um companheiro ou de algum familiar, a deixa mais vulnerável ao poder exercido sobre ela.” (Bege, 30 anos)</i> |
| | | <i>“Eu como mulher negra já passei por isso andando com amigas brancas na rua, eu percebi que eu já fui assediada, por assim dizer, mais vezes do que ela.” (Azul, 19 anos)</i> |
| | | <i>“A mulher negra na sociedade é essa que ela é sempre desejada pra sexo, mas que ela é também preterida.” (Azul, 19 anos)</i> |
| | | <i>“Assim como a mulher negra tem essa função, o homem negro também.” (Vermelho, 49 anos)</i> |

Fonte: elaborado pela autora

A definição de classificação foi baseada não somente na similaridade de temas, mas também com a finalidade de atingir os objetivos deste trabalho. A primeira categoria diz respeito às percepções, aos significados e aos sentidos sobre questões que envolvem o estupro e outras vivências de violação das mulheres participantes, considerando as normativas de poder da figura masculina que as tornam possíveis. Dessa forma, buscou-se entender como essas mulheres compreendem e são afetadas pelo fenômeno do estupro, além de analisar a maneira como as vivências de outras violações afetam essas percepções. A segunda categoria está relacionada ao ser mulher no cisheteropatriarcado, com discussões sobre os lugares estabelecidos de forma gendrada e suas repercussões para a (in)existência das mulheres e dos seus corpos, em consonância com outras opressões. A seguir, as interlocuções foram problematizadas e compreendidas a partir do Feminismo Negro, da ferramenta da interseccionalidade e das contribuições teóricas de Foucault.

5 INTERLOCUÇÕES SOBRE O FENÔMENO DO ESTUPRO: NARRATIVAS PRODUZIDAS POR MULHERES

O presente capítulo possui o objetivo de apresentar as discussões produzidas a partir dos resultados obtidos na pesquisa. Dessa forma, é composto pela fase final da análise de conteúdo: o tratamento dos resultados, com suas inferências e interpretações. A seguir, são percorridas as duas categorias de análise definidas anteriormente, que se propõem a compreender como as mulheres não violentadas sexualmente percebem e são afetadas pelo estupro, em consonância com o objetivo principal deste estudo. Portanto, são apresentadas as subcategorias e as unidades de registro de cada uma delas, juntamente com todo o processo de busca por significações e representações das falas das mulheres participantes.

5.1 PERCEPÇÕES SOBRE ESTUPRO

A primeira categoria teve a finalidade de compreender as percepções das mulheres participantes acerca do estupro, com os significados produzidos por elas, os afetos que esse fenômeno mobiliza em suas vidas, as reflexões sobre a forma como ele se constitui, os efeitos que ocasiona e a maneira como outras violações afetam essas percepções. Na tentativa de ser capaz de atingir os objetivos, a categoria foi dividida em quatro subcategorias, que serão discutidas a seguir: “Significados atribuídos ao estupro”, “Afetos mobilizados”, “Subnotificação como efeito da culpabilização” e “Vivências de violação e suas repercussões”.

5.1.1 Significados atribuídos ao estupro

A primeira subcategoria é composta por diálogos acerca da noção de estupro, contendo as significações a partir da visão de cada mulher. Em algumas das participantes, o primeiro momento de reflexões acerca do termo estupro suscitou a noção de violência e agressão: “*Se trata de uma violência e eu acredito que é uma violência... muito... ou melhor, que atinge muito as mulheres, né?!*” (Laranja, 39 anos) / “*O estupro é algo mais incisivo e mais agressivo, [...] essa é a percepção que eu tenho de que é algo extremamente agressivo.*” (Lilás, 23 anos). Tais colocações corroboram com a definição anteriormente citada, que traz o estupro como um ato que ocorre mediante violência ou grave ameaça (BRASIL, 1940). Portanto, percebe-se a carga de violação que esse termo carrega, principalmente, quando

associado às consequências devastadoras que pode gerar para a integridade física, psicológica, emocional e moral da pessoa acometida.

A análise do estupro requer uma abordagem ampla e multifacetada. Em concordância com a percepção das participantes, é considerado uma violência, um problema complexo que necessita de uma dialética biopsicossocial. É imprescindível pontuar como ele se situa de forma histórica na sociedade, se constituindo também como uma forma de violência estrutural. Conforme destacado por Laranja, essa violação que atinge muitas mulheres, neste trabalho, é percebida como uma das facetas da violência estrutural de gênero, definida por uma relação hierárquica e desigual de poder entre homens e mulheres.

Popularmente, o estupro é caracterizado pela conjunção carnal, como era definido pelo Código Penal de 1940. Condizente com a fala de Lilás (23 anos): *“Eu sei que, legalmente falando, hoje em dia não necessariamente o ato em si já é considerado, mas outras formas também.”*, a mudança na definição de estupro com a inclusão da categoria de “atentado violento ao pudor”, proporcionada pela Lei nº 12.015/09, passou a considerar também a presença de outros atos libidinosos, como práticas de cunho sexual diferentes da conjunção carnal. A invisibilidade desse tema torna dificultosa a assimilação de uma compreensão mais tangível pela sociedade, que, muitas vezes, não entende o que de fato o caracteriza.

Logo, a noção do que é estupro não é tão bem estabelecida, sendo variável a depender do contexto e nível de conhecimento de cada um acerca do assunto. Em consonância, Lilás (23 anos) afirma: *“Eu vejo ainda que é muito limitado, às vezes, a noção do que é estupro e o que não é pra muitas pessoas.”*. O tema da violência sexual, principalmente o estupro, ainda é pouco explorado, tanto no meio acadêmico quanto na sociedade em geral. Apesar dos avanços mais recentes proporcionados pelas discussões geradas, grande parte da população demonstra dificuldades em entender o conceito de forma clara, o que se justifica pela invisibilidade e ausência de discussões sobre esse tema que englobem a comunidade.

Demonstrando essa questão da dificuldade de definição do estupro, Vermelho (49 anos) faz estes questionamentos: *“Eu não sei se tô certa ou errada quanto ao estupro só ser algo quando você não aceita ou se quando você tem uma indução aceitar isso também é um estupro.”* / *“Eu me pergunto de verdade isso: o estupro só é aquela coisa violenta ou eu consinto e ele pode ser estupro?”*. Nota-se que as dúvidas estão relacionadas ao consentimento, aspecto central no estabelecimento jurídico do estupro, definido pelo pensamento ocidental liberal como um ato de vontade e a capacidade de exercê-la livremente (LOWENKRON, 2015). Como anteriormente mencionado, as mudanças ocasionadas pela Lei nº 12.015/09 também incluíram uma reorientação de finalidade da criminalização do estupro,

passando da regulação de comportamentos sexuais para a promoção da liberdade sexual enquanto direito. Dessa forma, o consentimento tornou-se uma peça chave na caracterização do estupro enquanto atos sexuais não consentidos, estabelecendo que as mulheres possuem o direito em exercer suas sexualidades de acordo com seus desejos.

Dentre os diálogos gerados pelos questionamentos de Vermelho, destaca-se as seguintes pontuações das demais participantes: *“Acho que a partir do momento que há uma violação, sendo consentido ou não, quando aquela pessoa se importa em ser invadida, tanto fisicamente quanto psicologicamente, eu acredito que se caracteriza sobre o estupro.”* (Bege, 30 anos) / *“Durante a relação sexual, a mulher decide que ela quer parar por algum motivo, seja ele qual for, e a pessoa que está tendo relação sexual com aquela mulher não para, é sim estupro, independente de ter havido um consentimento no início da relação.”* (Azul, 19 anos) / *“São inúmeras situações que mesmo que a mulher falou ‘ah, eu quero isso’, depois pode ser sim uma violência, pode ser sim uma violação, né?!”* (Laranja, 39 anos). Dessa forma, percebe-se que as indagações sobre o “ter uma indução a aceitar” e “consentir e ser estupro” estão relacionadas ao conceito de coação, quando mediante constrangimento físico ou moral, o sujeito tem a autonomia da sua vontade impedida. Então, a coação (ameaça) refere-se “à suposta impossibilidade de exercício do livre arbítrio (já que não há alternativas reais de escolha que possibilitem a pessoa agir de outro modo)”. (LOWENKRON, 2015, p. 243).

Grande parte das conquistas, como o reconhecimento da liberdade e dignidade sexuais, deve-se ao movimento feminista na sua busca pela legitimação dos direitos das mulheres. Entretanto, a discussão acerca dessa autonomia é complexa e ambígua. Em contraposição a uma visão liberal do consentimento, que o fixa como capacidade de um indivíduo em expressar suas preferências de forma autônoma, é de suma importância ir além para se pensar de que maneira essas preferências podem reproduzir as relações de poder (BIROLI, 2013). A superação da visão liberal capitalista, que se detém sobre a racionalidade do indivíduo, busca considerar a influência do sociocultural nas preferências e escolhas de um sujeito, considerando o seu contexto de existência.

Trazendo para a questão de gênero, é possível tensionar o cruzamento de fronteiras entre a noção de autoridade, formas de constrangimento e violência nas relações, muito naturalizado e pouco percebido. Mesmo que as escolhas não sejam percebidas dessa forma, podem ser representações sociais hegemônicas, principalmente, quando ocorre em um contexto de opressão com sujeitos em condições desiguais (BIROLI, 2013; LOWENKRON, 2015). A seguinte declaração de Vermelho (49 anos) exemplifica essa reflexão: *“Isso eu me questiono também, até enquanto pessoa casada, o quanto o estupro pode não ser essa coisa*

terrível.”. A partir dela, reflete-se sobre a noção de consentimento como expressão autônoma e genuína das mulheres, que estão estruturadas socialmente de forma assimétrica em relação aos homens. Sobretudo em situações como o casamento e outras configurações heteronormativas, em que há um contrato social firmado de forma voluntária entre duas pessoas, mas que historicamente se constituiu baseado em relações de domínio e subordinação (BIROLI, 2013). Dessa forma, a mulher sente-se na obrigação de satisfazer os desejos sexuais daquele com o qual se relaciona, mesmo que não perceba a forma como a sexualidade e o poder possam estar atravessados, destinando ao homem o lugar de desejo e dominação e à mulher o papel de subserviente. Conseqüentemente, algumas mulheres violentadas podem não perceber o estupro como um ato violento ou se quer entender que aquele ato configurou como tal.

Em contrapartida, o entendimento do estupro como uma ação que não se configura de forma violenta e terrível não exclui a gravidade dos danos que ele pode ocasionar, a violência também pode se manifestar pelo silenciamento. Na análise do conceito de estupro, pensar de forma crítica sobre a centralidade do consentimento para a configuração de uma violação, que atinge o corpo, a subjetividade e a autonomia de mulheres, é considerá-lo de forma complexa. Portanto, no cisheteropatriarcado branco e capitalista, é entendê-lo como possível reflexo de hierarquias e subordinações e propor a construção de condições reais que possibilitem escolhas verdadeiras, representativas do livre arbítrio e da autonomia, sem relações com as opressões.

No imaginário popular, o estupro é associado a um ato de violação extrema não consentido. Como dito anteriormente, o entendimento de consentimento não é tão bem definido, assim como a própria legislação acerca do assunto, que ao caracterizar o crime a partir do uso de violência ou grave ameaça, pressupõe-se a ocorrência de lesões físicas e/ou uso de algum tipo de arma. Porém, em muitos casos, o dano produzido é psíquico. O estupro nem sempre é tipificado pela violência ou grave ameaça, percorrendo uma linha tênue entre o consentido e o não consentido, justamente, pelo enraizamento de padrões de gênero que permitem que os sujeitos se comportem de acordo com o seu lugar nas relações de poder. Quanto ao constrangimento, conforme citado na lei, também é passível de interpretações, afinal, existem várias outras formas de forçar alguém a fazer algo que divergem de atos de violência e grave ameaça. A introjeção das relações de poder, nas quais à mulher destina-se a posição de dominada pela figura masculina, também possibilita que esse constrangimento possa ser sutil e implícito e a intimidação possa surgir de outras maneiras, para além da forma física. Diante disso, alguns afetos podem ser suscitados, como será discutido a seguir.

5.1.2 Afetos Mobilizados

Essa categoria refere-se aos sentimentos, sentidos e emoções mobilizados pelo fenômeno do estupro em mulheres não violentadas sexualmente, mas que vivem uma realidade concreta em que a possibilidade da sua ocorrência é constante. Quanto aos afetos, grande parte das mulheres estabeleceu o medo como a principal mobilização diante do fenômeno do estupro, sendo destacadas as seguintes colocações: *“Esse medo eu acho que [...] ele é vigente, ele é latente sim, na maioria das mulheres.”* (Laranja, 39 anos) / *“A gente sempre é ensinado a ter medo, desde pequena, desse tipo de violência, até mais do que outras coisas.”* (Lilás, 23 anos). Nota-se que ambas as participantes, na categoria anterior, caracterizaram o estupro como algo “violento, incisivo e extremamente agressivo”. A partir disso, são produzidas reflexões sobre a forma como os significados atribuídos ao estupro possam estar relacionados às emoções suscitadas por esse fenômeno. Ao considerá-lo como algo invasivo e cruel, o afeto mobilizado é o medo. Possivelmente, isso está relacionado a forma como esse ato pode gerar consequências que afetem a integridade de quem o sofre. Além disso, a sociedade tende a reconhecer o estupro somente em situações que envolvem extrema violência, portanto, ele acaba sendo atrelado a um sentimento de extrema aversão. O que é demonstrado nas falas apresentadas, ao mencionar que “desde pequenas as mulheres são ensinadas a ter medo dessa violação”.

Por outro lado, Vermelho (49 anos) afirma: *“Eu nunca tive medo de ser estuprada.”* / *“Eu escutava que essa questão de maníacos pela televisão, então, maníaco x pegou 500 mulheres, não sei o que... enfim, isso ainda caía, mas não... não me aterrorizava. Eu sempre imaginei isso distante de mim.”*. Percebe-se, mais uma vez, que essa ausência de medo pode estar associada à conotação dada à questão, pois a participante gerou questionamentos sobre o estupro não ser algo essencialmente agressivo, como fora exposto antes, apresentando dificuldades em nomeá-lo e percebê-lo. É importante ressaltar, mais uma vez, que as percepções aqui apresentadas não estão dissociadas das vivências e do lugar que cada mulher ocupa socialmente. Perceber o estupro enquanto distante fala sobre a realidade vivida por essa mulher no seu contexto de existência. Além disso, é o reflexo sociocultural da invisibilidade, enquanto assunto pouco discutido e abordado. É a ambiguidade de um problema que apesar de tão concreto é percebido como distante.

Trazendo para a perspectiva de gênero, de que *“[...] a mulher tem mais sintomas e sentimentos dessa preocupação.”* (Bege, 30 anos), os dados apontam que 95% das brasileiras possuem medo de serem vítimas de estupro (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2020). É

um “sintoma” produzido como reflexo da maneira como o gênero é estruturado em um sistema patriarcal. As estatísticas mostram também a gravidade do problema, enfatizando que a maioria das mulheres conhece outra que tenha sido vítima, fazendo com que a intensidade de ocorrência e a aproximação do problema produzam o amedrontamento relatado por Azul (19 anos): *“Quando eu penso que a cada oito minutos no Brasil uma mulher é estuprada, eu fico assustada, é claro. Eu sou mulher, eu vivo no Brasil, então, claro, me sinto assustada com esse número.”*. A partir da concretude dos dados, em que o estupro se configura como um dos principais problemas enfrentados por mulheres, sentir-se assustada diante dessa realidade tão próxima é completamente admissível. A mobilização do medo é justificada em uma sociedade marcada pela misoginia, na qual a mulher não tem sua voz validada; não tem segurança pra exercer sua liberdade de circular sozinha por espaços públicos e privados; e não tem autonomia para vestir-se e comportar-se da forma que desejar.

As seguintes colocações demonstram a forma como o fenômeno do estupro afeta a liberdade de circulação de mulheres: *“No dia a dia, teve uma época que eu era muito temerosa a respeito desse tipo de situação. Eu cheguei a ter pesadelos, né?! De... sei lá, estava sendo perseguida ou que ia acontecer de ser violentada, principalmente, quando era mais jovem.”* (Laranja, 39 anos) / *Às vezes você tá ali na rua e você vê um homem e ele não tem intenção nenhuma de mexer com você, mas você já fica desconfiada, porque você tá sozinha e você sente medo.*” (Azul, 19 anos). O medo e a desconfiança são justificados pelo ser mulher, pois a violação não é iniciada e finalizada na prática sexual não consentida, ela perpassa toda uma existência, que vai desde o silenciamento à banalização das diversas violências sofridas por mulheres. A estrutura cisheteropatriarcal faz com que essa sensibilização não fale apenas sobre a violação sexual, pois mobiliza afetos e sentidos negativos que restringem a autonomia das mulheres.

O medo produzido por ser mulher e a desconfiança nas figuras masculinas possuem como base as representações do binarismo sexual heteronormativo, uma forma de poder marcada por “correlações de força múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições, servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social.” (FOUCAULT, 1988, p. 89). São essas relações de poder, conforme demonstrado pela colocação de Azul (19 anos), que geram: *“[...] esse sentimento de desconfiança também, você acaba por não confiar nas pessoas por causa das questões te atravessam na tua condição como mulher.”*. Os afetos negativos que atravessam as existências de mulheres são sinalizados como consequências de um poder exercido na desigualdade de gênero, que cruza e se intensifica na sexualidade, na classe ou na

raça. São relações que atravessam toda a estrutura social e agenciam a vulnerabilidade desses corpos, um poder que vai do social ao individual e do individual ao social.

Além dos afetos já mencionados, o tema do estupro também mobiliza um certo ceticismo quanto a mudanças: *“Fico muito pessimista e aflita com relação ao assunto, porque parece que mesmo com a evolução tecnológica e ‘modernização’ dos valores, essa noção de violência continua.”* (Lilás, 23 anos). Mesmo com todos os avanços e mudanças já conquistados, as mulheres, principalmente, negras e pobres, continuam sendo alvo de violações, muitas vezes vividas de forma silenciada. É um sentimento de inquietação, sobretudo em um cenário político de retrocessos e de diminuição de direitos. Mesmo em um contexto em que o estupro não é sempre reconhecido como um problema, ele é vivido como tal, inclusive, por mulheres não acometidas sexualmente por ele. A banalização e naturalização do problema não eliminam a sua gravidade e a forma como afeta negativamente essas mulheres. Além disso, a forma como o estupro é lido e tratado socialmente também influencia a mobilização desses afetos, como será discutido na próxima subcategoria.

5.1.3 Subnotificação como efeito da culpabilização

A subnotificação diz respeito ao constante silenciamento de mulheres violentadas. A temática da subnotificação e os demais aspectos envolvidos foi levantada pelas participantes durante a entrevista, tanto na forma de reflexão quanto carregada de um sentimento de insatisfação. Apresentar os diálogos produzidos pelas participantes acerca disso e de suas possíveis causas está diretamente relacionado a forma como essas mulheres enxergam o estupro e a forma como isso as afeta. A pontuações iniciaram-se do seguinte modo: *“Esse número realmente parece muito grande e, provavelmente, deve ser muito maior.”* (Vermelho, 49 anos) / *“[...] as mulheres por medo ou por vergonha, por culpa, [...] elas não denunciam. Então, pensando nisso, eu acho que esses números podem ser ainda maiores, justamente porque a gente sabe que tem pessoas que, por esses motivos, elas não denunciam.”* (Azul, 19 anos).

Em uma realidade em que de oito a cada dez mulheres que relataram terem sido violentadas não buscam nenhum serviço de atendimento (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2020), seja ele de saúde ou de segurança, é necessário questionar as condições que estão favorecendo essa realidade. Conforme relatado por elas, esse número é realmente muito maior. Os sentimentos citados, como “medo, vergonha e culpa” são suscitados pelo estigma

social, que em muitas vezes se configura como uma nova violação. Então, mais uma vez, às mulheres são destinadas a um lugar de silenciamento.

Em relação aos juízos e preconceitos expostos em casos de estupro, Bege (30 anos) traz: *“Porque é muito difícil da posição da mulher, quando sofre uma violência de ter segurança em compartilhar. Há muito julgamento, às vezes, julgamento não das pessoas externas, mas, às vezes, da própria família, que levam a questionar a vítima.”*. Ao observar os discursos sobre um episódio de estupro, seja na mídia ou em círculos sociais, é muito comum que as pessoas assumam uma postura de julgamento, que recai sobre a vítima. Essa foi uma das questões que mobilizou a produção deste trabalho, diante de tanta revolta quanto aos discursos proferidos, que, em grande parte, descredibilizam a palavra da mulher, responsabilizando-a sobre a violência sofrida. Então, esta pesquisa teve também como motivação pessoal proporcionar discussões sobre a forma como a sociedade lida com esse fenômeno e como esses discursos podem estar relacionados às percepções de mulheres não violentadas sexualmente, para problematizar a postura assumida diante da responsabilização da mulher violentada.

Como afirma Bege (30 anos): *“Aquela mulher mesmo quando ela vai procurar o papel de segurança, ela não tem essa segurança e esse acolhimento.”*. A falta de segurança em denunciar a violação sofrida está relacionada a um contexto de opressão que é reproduzido socialmente, inclusive, nos serviços que deveriam oferecer cuidado à vítima. O que significa que as mulheres não são consideradas donas dos seus corpos e da sua palavra. No contexto jurídico, é a mulher e a credibilidade da sua palavra que estão sob constante investigação. Mesmo quando o exame de corpo de delito comprova a existência de conjunção carnal e/ou outros atos libidinosos, é necessário comprovar o não consentimento. *“Essa questão demonstra que um julgamento de estupro é especialmente desfavorável às vítimas, porque a doutrina, a jurisprudência e os juízes presumem o consentimento por parte da mulher adulta, cabendo à vítima provar o contrário.”* (COULOURIS, 2010, p.20).

Novamente, a discussão situa-se em torno da mulher e as condutas dos homens são colocadas em segundo plano. Ainda de acordo com Coulouris (2010), devido às dificuldades de comprovação, na jurisprudência, a palavra da vítima deveria ser suficiente para sustentar a comprovação da denúncia e a condenação do réu, na ausência de provas materiais. Mas o que se observa é a palavra da vítima sendo colocada em questão e sendo investigada, no lugar daquele que comete a violação. Além disso, devido à associação entre consentimento e não resistência, o seu depoimento é invalidado pela ausência de reação, o que não ocorre em um crime de roubo, por exemplo. Em muitos casos, a única evidência está relacionada a palavra

da vítima, pois o aspecto importante para a validação da ocorrência do crime situa-se na noção de constrangimento, mediante violência ou grave ameaça. Entretanto, como já fora exposto, o constrangimento em casos de estupro não necessariamente é acompanhado de lesões físicas e/ou graves ameaças. Em alguns casos, não existem indícios físicos e/ou materiais, sendo a palavra da vítima a única prova. Para mulheres negras e de classe baixa o cenário é ainda pior, pois além da hegemonia patriarcal e sexista, elas precisam lutar contra um sistema racista e classista, no qual os discursos produzidos pela supremacia do homem branco capitalista as invalidam ainda mais que as mulheres brancas.

Os dados que mostram um alto índice de subnotificação fazem parte de uma realidade de culpabilização das mulheres, que se reproduz em cada caso de estupro, como afirma Vermelho (49 anos): *“Então, a vítima sempre é a culpada por ter sido estuprada.”*. Derivados das relações de opressão sexistas, são discursos que atribuem a responsabilização do estupro à mulher: *“Eu vejo muito o papel do estuprador ser minimizado, tentar minimizar, colocando a vítima no papel de que ela estimulou, ela foi a culpada, que existiu algum motivo pra que acontecesse isso.”* (Bege, 30 anos) / *“Agora é outra coisa que sempre também ouço a mesma discussão é: então, ela foi estuprada porque a saia era muito curta, o comportamento dela não era o adequado.”* (Vermelho, 49 anos) / *“Essa questão de a vítima ter uma parcela ou então a maior parcela de culpa, porque ou ela tava com a saia curta ou ela bebeu muito, ela se deixou ficar vulnerável.”* (Laranja, 39 anos).

O comportamento da mulher é frequentemente posto em questão, basta observar os casos divulgados pela mídia, em que as mulheres e suas vidas são expostas como forma de justificar a conduta do agressor. São trazidos à tona e analisados os “comportamentos inadequados”, como se o estupro somente pudesse ser validado quando ocorre contra mulheres não consideradas promíscuas, pois a liberdade de se vestir ou se comportar torna-se um passe livre para uma violação. Vide as legislações, que até a reforma do Código Penal em 1940, fazia uma distinção entre mulheres públicas, consideradas prostitutas, e mulheres privadas, consideradas “do lar”. A responsabilização recai, principalmente, sobre mulheres que não se enquadram nos estereótipos ditados pela misoginia, que determina aquela mulher que deve ser submissa e não pode expressar os seus próprios desejos.

Como exemplo, têm-se casos recentes divulgados na mídia que ganharam grande repercussão nacional. O caso Mariana Ferrer, de uma jovem que foi drogada e estuprada por um empresário branco da alta classe da cidade de Florianópolis (SC) durante um evento em uma casa de festas em que trabalhava como *promoter*, no qual o agressor foi absolvido pela justificativa inexistente juridicamente de “estupro culposo” (THE INTERCEPT BRASIL,

2020), como se não fosse possível que ele percebesse o estado de vulnerabilidade da vítima, impossibilitada de consentir o ato. Tem-se o caso da criança de 11 anos estuprada que foi tratada como adulta, com questionamentos acerca da sua vulnerabilidade, e teve o seu direito de abortar, definido por lei, negado por uma juíza que tinha o objetivo de forçá-la a manter a gravidez, alegando que a tristeza para ela seria a felicidade de um possível casal na fila de adoção (THE INTERCEPT BRASIL, 2022). E o caso da atriz Klara Castanho, que veio a público contra a sua vontade, em que ela foi rechaçada socialmente por ter colocado para adoção um bebê proveniente de um estupro (G1, 2022).

A partir desses casos e da forma como foram tratados pela sociedade, pode-se perceber que as mulheres são constantemente julgadas, sofrendo a violência institucional, a violência da mídia e a violência social. Elas têm seus direitos desrespeitados, pois a lei nem sempre é cumprida, sendo comum o engendramento de malabarismos que deslegitimam as vítimas. Independentemente se a mulher escolhe abortar ou entregar para a adoção, as estruturas sociais misóginas produzem a invalidação e o julgamento dessas vítimas. A revitimização adquire uma centralidade na subnotificação do fenômeno do estupro.

Apesar dos avanços na legislação, que possibilitaram o reconhecimento do estupro e de suas formas de perpetração, da criação de delegacias especializadas para o atendimento de mulheres, da conscientização produzida pelos feminismos e da criação de espaços em que a mulher tem sua voz legitimada, é necessário reconhecer as limitações que esse tema suscita e os desafios a serem enfrentados. É uma luta constante de defesa de direitos, inclusive dos já conquistados, que estão em constante ameaça de retrocessos por projetos de lei, como o criado pelo atual presidente que visa revogar o atendimento obrigatório, integral e multidisciplinar da rede pública de saúde às vítimas de violência sexual (METRÓPOLES, 2018).

A crítica à impunidade dos homens, aqui realizada, não se configura como defesa ou aceitação de uma postura exclusivamente punitivista, mas trata-se de, para além do ponto de vista racista e classista, considerar a criminalização e a punição como últimas saídas, enquanto as estruturas sociais estão sendo movimentadas e mudanças reais possam ser alcançadas. Portanto, muitos mais do que produzir respostas, é de extrema importância o questionamento dessas hegemonias. Quanto à questão da subnotificação e da culpabilização da vítima, questionar-se: De que forma a mulher que foi violentada vai se sentir segura em compartilhar a violência sofrida e em denunciar aos serviços de segurança, se nos espaços buscados a sua voz é não ouvida e credibilizada? Como denunciar uma violação em uma sociedade que a vítima é considerada culpada pela ocorrência do crime? Como compartilhar

sua dor, se a mídia, a sociedade e até as pessoas próximas, como familiares e amigos, só expressam julgamentos?

5.1.4 Vivências de violação e suas repercussões

Durante a entrevista, a produção de um ambiente de escuta e acolhimento possibilitou o compartilhamento de outras experiências de violação sofridas pelas participantes, duas delas dividiram com o grupo as violências já sofridas. Mesmo não constando como unidades de registro, optou-se por colocar os relatos desses episódios na íntegra para facilitar o entendimento. Os dois primeiros relatos foram:

Eu dentro do ônibus lotado, claro aí entra todo tipo de gente... e tinha um garoto [...], não devia ter uns 18 anos. Esse menino chegou perto de mim... quando ele entrou no ônibus, as pessoas já achavam que ele ia assaltar o ônibus. Pra minha surpresa, com ônibus lotado esse menino se dirigiu para mim, ele começou a falar pra mim se eu não queria ficar com ele. Começou com essa conversa, eu muito simpática e sorrindo e tentando me sair, me desfazer. Quando chega já próximo do local onde ele ia descer e eu realmente já desesperada porque na minha imaginação esse menino ia me puxar do ônibus, ele dizia pra mim assim 'não, porque a senhora pode ficar comigo sim, porque panela velha é que faz comida boa'. Esse rapaz desce do ônibus e eu próxima da porta e ninguém, claro, dentro do ônibus, tomou atitude nenhuma, até porque todo mundo achou que ele ia assaltar as pessoas daquele ônibus. A partir do momento que ele não assaltou as pessoas e pra loucura dele, ele me tomou como foco, ficou bom pra todo mundo né?! E aí quando esse menino desceu do ônibus, eu queria morrer naquela fração de segundo, porque na minha imaginação aquela criança ia me puxar daquele ônibus, no horário de 9 horas da manhã, e me agredir na rua. (Vermelho, 49 anos).

Eu lembro duma vez que eu tava andando sozinha perto da casa que eu morava [...] eu ouvi um barulho de bicicleta, olhei para trás e tinha um homem realmente andando de bicicleta. E continuei meu trajeto, mas ele passou tão perto de mim, tão perto e desceu a mão dele no meu ombro. Quando tava chegando perto do meu seio, eu parei de andar e ele continuou com a bicicleta, a bicicleta tava um pouco mais rápido. Aquilo me atormentou também, fiquei apavorada com isso. Eu devia ter uns 12 anos, tava indo pra educação física até. O colégio era bem perto da minha casa e eu já ia meio que no aquecimento, né?! Eu lembro que eu parei com essa atitude dele, eu parei e ele virou o rosto pra mim meio que sorrindo, só que ele teve que olhar pra frente pra não desequilibrar da bicicleta. O tempo que ele olhou para frente, eu corri pra uma rua lateral, eu corri, eu lembro que eu corri o máximo que eu pude da minha vida até não olhar mais ele atrás de mim [...] só sei que eu corri tanto até chegar numa esquina que eu podia me esconder e ficar olhando de longe, eu não vi mais ele. Realmente aquilo foi assim atordoante, atordoante. Então, eu acredito que deve ter sido algo que despertou em mim esse medo, um pouco mais severo, assim, vamos dizer, né?! Porque, pelo menos assim eu tinha relacionamentos com familiares, né, meu pai, meus tios, primos, e eu não tinha medo deles, né?! Não tinha medo de estar perto, de conversar, de sentar perto, né?! Eu lembro criança sentada no colo do tio, do pai. Não tinha esse medo, mas eu acredito que esse foi um momento marcante pra isso, pra despertar esse medo. (Laranja, 39 anos).

As situações narradas refletem a realidade a que mulheres estão expostas a sofrer os mais diversos tipos ofensivas, que vão da importunação sexual ao estupro. Como mencionado anteriormente, a importunação sexual, que comumente era chamada de assédio, passou a ser considerada crime pela Lei nº 13.718/18. Devido a sua atribuição recente, é um termo pouco conhecido, mas muito vivenciado, que caracteriza os episódios acima relatados. São atos libidinosos que são descritos desde “cantadas” ofensivas aos toques de caráter sexual, praticados contra alguém sem a sua permissão.

No relato de Vermelho, ao afirmar que nenhuma pessoa tomou atitude alguma para defendê-la, pois era preferível que uma mulher fosse agredida em vez de todos serem assaltados, ela demonstra o valor social conferido ao estupro e às demais agressões contra a mulher, as quais ela estava passível de sofrer naquele momento. Na situação relatada, o roubo passa a ser considerado mais danoso que o estupro.

Nas legislações anteriores à Lei nº 12.015/09, as violações sexuais ainda eram consideradas como crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e, posteriormente, como crimes contra os costumes. Ainda hoje, como resquícios disso, essas tipificações não são vistas diretamente interligadas a uma noção de que são contra a dignidade e liberdade sexuais da vítima, o que possibilitaria que fossem percebidas como violação de direitos da pessoa, para além dos costumes e morais sociais. Portanto, apesar das mudanças nos códigos penais, o enraizamento das concepções produzidas anteriormente possibilitou uma interpretação social de que as mulheres estão excluídas do “lugar de honra”, logo, não merecem ser protegidas (CAMPOS; MACHADO; NUNES; SILVA, 2017). É na naturalização desses episódios que o poderio masculino encontra validação sobre o corpo lido como feminino, assim, percorrendo um contínuo desde um “fiu fiu”, que pode configurar como importunação sexual, até o estupro.

Ainda é relatada outra situação de importunação sexual no ambiente de trabalho, que não se caracteriza como assédio sexual pela ausência de obtenção de vantagem perante uma condição hierárquica, explicitada a seguir:

Uma vez eu me senti desrespeitada como pessoa porque um amigo... a gente conversava sobre tudo e sempre dando a conotação de que era brincadeira, sempre dando a conotação ‘toda sexualidade dita aqui é uma piada’ [...] mas, determinado dia, um amigo me dá um encoxa mesmo, ele me encaixou na virilha dele e isso pra mim foi tão humilhante porque não foi agressivo que ele fez, mas foi absolutamente humilhante, porque profissionalmente nós estávamos na mesma categoria e em poder aquisitivo nós estávamos na mesma categoria, em importância no quadro social da empresa nós estávamos na mesma categoria [...] aquilo foi absolutamente humilhante, ali eu deixei de ser igual a ele, ali eu passei a ser menor que ele. (Vermelho, 49 anos).

As colocações da participante referenciada como Vermelho demonstram uma história marcada por diversos episódios de violências sexuais, mesmo que não sejam percebidas como tal. Algumas delas adquiriram essa conotação a partir da conversa em grupo com as demais participantes, ao refletirem juntas sobre a banalização e a minimização de outras violações sexuais contra mulheres: *“A gente não é ensinado a ter medo de um assédio, uma cantada. É claro a gente não pode comparar os graus de violência física, digamos assim, mas é algo também que mexe muito com o nosso psicológico, mas a gente não é ensinado a isso.”* (Lilás, 23 anos) / *“E a gente não tá preparado para o assédio e nem entender o assédio como uma coisa de verdade ruim.”* (Vermelho, 49 anos). A sociedade naturaliza tanto a importunação sexual que produz um contexto em que as mulheres se sentem na obrigação de aceitá-la como elogios ou favores, conforme um certo humorista disse em um dos seus *shows* de comédia que mulheres feias não devem reclamar por serem estupradas, pois nas palavras deles: *“Deveria dar graças a Deus, isso pra você não foi um crime, e sim uma oportunidade”* (ISTOÉ, 2016).

É interessante notar que, ao mesmo tempo em que Vermelho passa a reconhecer as situações vividas como negativas, essa naturalização aparece em sua fala ao definir o ato como não violento, apesar de toda a carga de humilhação que ele carrega, como ela própria afirma. A banalização faz com que as agressões contra mulheres sejam minimizadas e não sejam percebidas como atos violentos. A violência, mesmo que não seja percebida, é sentida, podendo deixar marcas visíveis e invisíveis, ambas consideradas traumáticas. Além disso, a banalização é um mecanismo que mantém as mulheres em submissão, desresponsabilizando os homens violentadores, que se sentem à vontade para perpetuar suas condutas de forma impune.

Nos relatos, fica explícita a divisão de papéis baseados no gênero e como isso é naturalizado socialmente. As violações sexuais baseiam-se na suposição de que o corpo lido como feminino é público. Antes mesmo de se tornarem adultas, crianças e adolescentes que performam feminilidades são sexualizadas e passam por situações constrangedoras e ofensivas, em que seus corpos são expostos, como fora exposto por Laranja. Desde a infância, é comum que seus atributos físicos e sua aparência passem por um processo de erotização, proporcionando que sejam vistas como mulheres adultas e, conseqüentemente, estejam passíveis de receber *“investidas”*.

É nesse contexto que as ditas *“cantadas”* são tomadas como naturais, em uma linha tênue entre um elogio/interesse e a importunação sexual. Em uma sociedade que não consegue fazer essa diferenciação entre a *“cantada”* e a agressão de forma clara, torna-se mais

fácil o entendimento do porquê esses atos não são percebidos como violentos, inclusive pelas próprias mulheres, que também são passíveis de naturalizar a ideia do seu corpo como público.

Partindo de uma visão interseccional, as ruas nunca foram locais seguros para a circulação das mulheres, principalmente, para aquelas pertencentes à classe trabalhadora. No período do capitalismo industrial, enquanto as mulheres brancas de classes abastadas lutavam contra a sua limitação à esfera privada, sendo destinadas aos cuidados do lar e da família; as mulheres negras e de classe baixa já circulavam pelos espaços públicos como forma de garantir as suas sobrevivências, lutando contra a exploração econômica e a discriminação étnico-racial (DAVIS, 2016). Portanto, apesar de partilhar da opressão sexista, o grupo de mulheres não é homogêneo, faz-se necessário considerar as clivagens sociais produzidas pelas opressões de raça e de classe (HOOKS, 2019). É nesse contexto, que mulheres negras e pobres estão mais expostas, seja nas ruas mal planejadas e de iluminação pública inadequada, nos transportes públicos, nos pontos de ônibus e, mais recentemente, nos serviços de locomoção privados das plataformas virtuais de transporte. Desse modo, torna-se perceptível o papel que o Estado exerce na manutenção das estruturas sociais opressoras, ao estabelecer limites que impedem o direito à cidade e a livre circulação segura das mulheres.

A circulação por vias públicas não torna os corpos de mulheres também públicos (THINK OLGA, 2020b). Ao mostrar que os pontos de ônibus são os locais que mais transmitem medo, o projeto “Meu Ponto Seguro” da organização Think Olga (2020b) demonstra que a cidade não é segura para um determinado grupo de pessoas: mulheres negras e de baixa renda, que se locomovem todos os dias pelas vias urbanas e utilizam esses meios de transporte para garantir a sua sobrevivência de suas vidas e de suas famílias.

Na vida das mulheres participantes, percebe-se que as situações de violação foram determinantes para a produção de sentimentos como medo e terror em relação aos homens e possíveis atos praticados por eles. Como demonstram as narrativas: “*A gente que, vamos dizer assim, pode ter passado por alguma importunação sexual e tal, mas não chegou a ser uma violência tamanha, já é um incômodo.*” (Laranja, 39 anos). As situações de importunação sexual vivenciadas são carregadas de afetos negativos como medo, terror, desrespeito e humilhação; que acabam transcendendo para uma violação considerada mais devastadora pelas participantes, que é o estupro. São afetos que acarretam em prejuízos para a integridade psíquica e emocional, configurando como consequências de uma violência que ultrapassa os limites do físico.

Os aspectos relacional e social também são afetados, pois as relações com homens conhecidos e familiares, que anteriormente não eram permeadas por características negativas, são atravessadas por essas experiências e estendem-se a todo um grupo que representa o poder e a dominação. Diferentemente de pensar os homens como possuidores de uma potencialidade ao estupro, é compreender de que forma as relações gendradas estão entrelaçadas a essa violação. O medo e a insegurança geram uma limitação do ir e vir das mulheres, pois o perigo sempre é sentido como próximo, o que também configura como uma violação, neste caso, do direito de ir e vir. A dificuldade de percepção e nomeação de atos como realmente violentos não diminui a sua capacidade de gerar danos. As falas dessas mulheres trouxeram as diversas formas negativas que outras experiências de violação impactam em suas vidas e afetam a sua percepção acerca do estupro, também entendido como violento e agressivo. A partir das discussões sobre o estupro, tornou-se possível que as participantes pensassem em si enquanto mulheres. Essas reflexões compuseram a segunda categoria e suas subcategorias, explicitadas em seguida.

5.2 PERCEPÇÕES DE SI

A segunda categoria possuiu o objetivo de compreender as percepções das participantes sobre as suas existências enquanto mulheres, os entendimentos sobre a constituição das subjetividades consideradas femininas, os significados atribuídos aos seus corpos e os sentidos produzidos pelo aspecto da vulnerabilidade de corpos lidos com femininos interligados aos atravessamentos com outras opressões. Para tal finalidade, a categoria foi dividida em três subcategorias: “Ser mulher”, “O corpo objeto” e “Vulnerabilidades e intersecções”. As discussões são apresentadas a seguir a partir das falas significativas das participantes.

5.2.1 Ser mulher

A primeira subcategoria das percepções que as mulheres possuem sobre si foi composta por diálogos, que surgiram durante a entrevista, acerca do papel da mulher em uma sociedade generificada. A discussão teve início com os questionamentos acerca das diferenças entre os papéis do homem e da mulher, conforme sinaliza Bege (30 anos): *“A nossa sociedade é muito mais difícil pra mulher, assim desde criança, a gente começa a ser ensinada várias coisas que não é ensinado pro menino.”* / *“A mulher também foi criada em*

relação ao papel do homem, que o homem é o protetor, o homem tem os direitos, o homem... ele não tem responsabilidades.”. A partir da teoria de Butler (2003) sobre a identidade de gênero e de Foucault (1988) acerca dos mecanismos de poder-saber que regulam a sexualidade, apresentadas e discutidas anteriormente, pensa-se que o estabelecimento de papéis desempenhados de acordo com o gênero representa formas de regulação dos corpos e de criação de identidades fixas. Portanto, ser homem ou ser mulher são efeitos das normativas sociais que definem previamente o sexo, o gênero, a sexualidade e os comportamentos a eles associados.

Em uma análise do contexto ocidental, considera-se a centralidade e a influência que o núcleo familiar patriarcal exerceu na constituição da visão do “ser mulher”. Conforme aponta Oyěwùmí (2020), a família nuclear das sociedades ocidentais é essencialmente generificada, composta pela mulher subordinada, o marido patriarcal e a prole. Além disso, tal configuração, caracterizada por hierarquia e opressão, é baseada em uma divisão sexual do trabalho que associa as mulheres ao doméstico e ao cuidado e determina os homens como provedores (OYĚWÙMÍ, 2020). Como legado da instituição familiar nuclear, a imagem da mulher foi sendo associada aos papéis de esposa e de mãe.

Considerando os apontamentos teóricos e as falas das participantes, observa-se que as diferenças produzidas pelo gênero são sentidas de forma concreta na vida dessas mulheres. Elas compreendem a reprodução de papéis gendrados naturalizada desde a infância, fazendo com que a criança subjetivada como menina seja criada a partir do papel do homem, como aquele que possui direitos, mas que é alheio ao cumprimento de certas responsabilidades e deveres. Tais determinações fabricam uma forma de ser no mundo que forja as subjetividades de mulheres, que devem se encaixar em um ideal do que é feminino e performar feminilidades. Ainda assim, é preciso destacar que essas determinações não atingem as diversas mulheres da mesma forma, pois existem outros atravessamentos como o racismo e o capitalismo que também ditam formas identitárias de ser no mundo.

O gênero é atravessado pelo binarismo heteronormativo, designando os sujeitos a exercerem determinados papéis socialmente, baseados na feminilidade e na masculinidade. Portanto, o gênero aparece como uma produção discursiva que dita o feminino e o masculino, sendo o primeiro considerado sinônimo de passividade e docilidade e o segundo traduzido por dominação e agressividade. Entretanto, em um período de transição entre a escravidão e sua abolição, esse ideal de feminilidade difundido socialmente, estava restrito às mulheres brancas, condicionadas à esfera doméstica. Como resquícios do capitalismo industrial, para as

mulheres negras escravizadas, que já circulavam pelos espaços públicos, os termos “mãe” e “dona de casa” não era aplicados (DAVIS, 2016).

A forma de ordenação capitalista da escravidão era oposta aos papéis gendrados impostos por essa norma da sexualidade. Conforme pontuado por (Laranja, 39 anos), “[...] *fazem distinção que a mulher certa pra casar e outras não... e a gente não vê isso dos homens.*”. Em um país produto da colonização, é importante salientar que a mulher “certa” para a constituição da família é a mulher branca que performa feminilidades. Portanto, a imagem das mulheres não brancas, constantemente hipersexualizadas, não são associadas a esse ideal. Elas são consideradas impróprias para a constituição de uma família, mesmo que nos moldes colonialista e patriarcal. Isso reflete uma conjuntura em que elas são preteridas e consideradas não dignas.

Sobre o papel assumido pela mulher, Vermelho (49 anos) pontua: “*Afinal de contas, é o servir, é o fato de que a gente tá aqui para servir, servir lindas para gerar e parir, servir lindas para ser as grandes parceiras, servir para ser as bonitas, a gente tá aqui pra servir.*”. Baseando-se em tal colocação, torna-se possível pensar na forma que o sexismo, aliado ao racismo e à divisão de classes, coloca as mulheres em uma posição de subserviência, em que se tornam servas nas diversas esferas da vida, seja no âmbito doméstico ou público. A mulher é serva no trabalho, no casamento, na maternidade e em diversas outras configurações sociais em que está associada ao papel de cuidado. O que afeta, principalmente, mulheres negras e de classe baixa, historicamente associadas à função de subservientes de uma elite branca colonizadora.

Ao falar sobre a desigualdade que caracteriza a alteridade entre masculino e feminino, o trabalho de Lacerda (2010) aborda o processo de colonização, que remete à exploração dos recursos naturais de terras consideradas “virgens”, como produtor de uma simbiose entre a terra e a figura da mulher. A partir de uma conexão nessa relação de colonização, houve uma identificação simbólica entre terra e mulher, em que os corpos lidos como femininos passaram a configurar como possíveis recursos a serem explorados. Durante o período colonizador, foram alvos dessa identificação, primeiro, as mulheres indígenas e africanas e, posteriormente, as lidas como mestiças e as brancas. Segundo a autora, esse processo servia para manutenção não somente do sexismo e do racismo, mas também do capitalismo, pois as mulheres eram consideradas propriedades privadas, utilizadas para fins de produção e de reprodução. Logo, a dualidade entre homem-colonizador e mulher/natureza-colonizada favoreceu uma ideia de que as mulheres, associadas à natureza, deveriam ser dominadas pela via da violência e da descaracterização da sua humanidade (LACERDA, 2010). Em

concordância, a seguinte fala pontua: *“Porque os homens vão aprender... primeiro, eles têm que aprender que a gente existe, porque por incrível que pareça ainda é uma novidade, então, tem que aprender que a gente existe.”* (Vermelho, 49 anos).

A desigualdade entre homens e mulheres é constantemente legitimada por meio de discursos e comportamentos que corroboram com a ideia de supremacia masculina e inferioridade feminina. Dessa forma, as mulheres em seus mais diversos contextos são aprisionadas em papéis definidos historicamente. Como herança colonial, um “violento projeto normatizador” foi responsável pela domesticação, pelo adestramento e pelo controle dos corpos de mulheres, demonstrando que o poder se articula ao saber para produzir conhecimentos, como tem-se o exemplo do discurso científico médico, que favoreceu a opressão ao estabelecer um determinado grupo como inferior, nesse caso, as mulheres (FOUCAULT, 1988; LACERDA, 2010). Tal pensamento se traduz nas falas de Bege (30 anos) e Laranja (39 anos), respectivamente: *“Então, às vezes desmerece a própria capacidade da mulher.”* / *“Pra algumas coisas, a mulher é menos capaz, é vista como menos capaz na sociedade.”*.

Assim como fora pontuado por Bege anteriormente, essas colocações, que evidenciam a supremacia masculina, são reproduzidas desde o início da vida da mulher e a colocam em uma posição de inferioridade. Isso é completamente compreensível em um contexto no qual, até o ano de 1854, havia uma separação de classes femininas e masculinas nas escolas imperialistas. Essa separação denotava uma capacidade intelectual inferior das meninas. Além disso, a elas era destinado, exclusivamente, o ensino de tarefas domésticas, como forma de propagar o ideal de mulher feminina e do lar. Tal lei baseava-se no pensamento de que não havia necessidade do ensino de conhecimentos técnicos, como a matemática, para a mulheres; pois o seu papel estava destinado ao cuidado do lar e da família.

Nessa configuração, o exercício de poder, que também se perpetua por meio das redes de saber, é retirado do domínio feminino, restando a elas lidar com as consequências da ação de um outro, que é homem, branco, hétero e de classe média/alta. Nesse cenário, o gênero, o sexo e a sexualidade são construídos a partir de uma base heteronormativa, em que as diferenças entre os gêneros são baseadas em uma relação de poder de dominação masculina, naturalizada socialmente.

São relações de poder e de dominação que atuam não somente por meio da descaracterização da humanidade, mas também mediante a objetificação dos corpos lidos como femininos. Tais questões surgiram durante o encontro, gerando discussões que compuseram a subcategoria a seguir.

5.2.2 O corpo objeto

O desenvolvimento das percepções das participantes sobre suas existências enquanto mulheres originou um tópico sobre os sentidos atribuídos aos seus corpos. Os sistemas opressores, que produzem a estratificação hierarquizada das sociedades, seja ela de gênero, sexualidade, raça ou classe, só é possível por meio da classificação e do controle dos corpos, que devem ser regulados para que as opressões sejam mantidas. São estratégias que visam classificar esses corpos como inferiores ou descaracterizar a sua humanidade, conforme assinalado: *“Banalizar as mulheres como se fossem menos humanas do que eles, não caracterizar uma mulher como ser humano, como uma peça de açougue, um pedaço de carne.”* (Laranja, 39 anos) / *“A gente se vê nesse papel de ser objeto, de ser objetificação do homem.”* (Bege, 30 anos). Percebe-se que os discursos aparecem como dispositivos de regulação da vida, marcados pelo imperativo de que *“O homem tem aquela taxaço de ser o másculo, de ser o detentor de poder sobre o corpo da mulher.”* (Bege, 30 anos).

A partir dos dispositivos de regulação da sexualidade, o corpo feminino passou a ser tomado como foco e a sexualidade passou a ser estabelecida pelas relações de poder, nas quais os sujeitos são efeitos das normas que definem previamente o sexo, o gênero e os comportamentos a eles associados. Então, o corpo entrou nesse jogo de relações e hierarquias, sendo constituído por discursos de verdade e de saber, sendo forjado pelos dispositivos de poder e inscrito pela cultura e pelo social (FOUCAULT, 1988). Foi nesse cenário, que o corpo feminino passou a ser tomado como corpo objeto. As narrativas acima expressam essas relações, em que a figura masculina é caracterizada como sujeito, agente de dominação, e o corpo feminino considerado um objeto passivo, sendo as mulheres descaracterizadas enquanto sujeitos. Tal conjuntura promove uma *“articulação entre masculinidade e uma concepção de sexualidade que antagoniza o masculino como sujeito da sexualidade e o feminino como objeto da sexualidade”* (MACHADO, 2001, p. 2); em que esse corpo é pensando como objeto de satisfação, descaracterizado de uma condição humana.

Nos sistemas mantenedores do poder, as opressões em circulação atravessam diversas instituições, como a escola, a família, o trabalho etc. Esses dispositivos, que atuam no controle dos corpos de mulheres, afetam de maneira mais intensa aquelas que pertencem a outras minorias sociais. Portanto, as mulheres não brancas, transgêneros, de sexualidades não heteronormativas, de classes baixas e/ou periféricas são as mais afetadas por uma narrativa que considera seus corpos públicos. Novamente, é necessário pontuar que as percepções das participantes, todas negras, partem de uma existência atravessada pela colonização e seus

resquícios, pois a vida em um território colonizado gera efeitos para suas subjetividades. A percepção de um corpo objetificado, não humano e como uma “peça de açougue” não pode ser dissociada de um contexto (nem tão) passado, em que os corpos de mulheres negras escravizadas eram utilizados como máquinas de produção e reprodução. A inferiorização destinada a elas era uma forma de conferir legitimação às mais diversas violações.

A partir das interlocuções sobre o corpo objetificado, as mulheres trouxeram em seus discursos a questão da aparência e da beleza: *“A sociedade julga muito, se a mulher é bonita, se a mulher se veste com alguma roupa curta é porque ela não tem, por exemplo, estudo, ela não tem educação.”* (Bege, 30 anos). Ao corporificar o gênero são determinados comportamentos e práticas para que uma identidade de gênero possa ser definida; é necessário seguir um padrão, estabelecido de acordo com o tempo e o espaço em que ocorre. Para a mulher, o corpo foi historicamente circunscrito por um ideal de beleza, como sinônimo de feminilidade. O corpo objetificado foi associado ao autocuidado de uma imagem que deve ser mantida bela, como um objeto ou um “pedaço de carne” em constante exposição social, para que seja tomado como um objeto de desejo. São práticas e discursos que operam a favor do cisheteropatriarcado, por meio de posturas, vestimentas, gestos, hábitos e expressões que devem seguir um padrão em busca da perfeição da beleza feminina. Os atos performativos de feminilidade demandam um ideal de beleza magro, delicado, jovem e recatado; caso contrário, são julgadas como “mulheres sem educação” e inapropriadas. Essa normatização de atos performativos, discutida por Butler (2003), para inserir-se em um gênero acaba passando por um processo de introjeção, fazendo com que as próprias mulheres se cobrem para estar no padrão, é a produção do “ser mulher” a partir da captura e da corporificação de subjetividades determinadas previamente.

Em uma cultura em que a juventude é tratada como sinônimo de beleza, as participantes pontuam: *“Até eu penso da seguinte maneira: eu não estou no padrão, então isso me valida a não ter que ser comportada.”* (Vermelho, 49 anos) / *“Eu fui me sentir mais confortável comigo mesma por conta disso, por não ser mais tão jovem, por não chamar tanta atenção.”* (Laranja, 39 anos). A partir de uma leitura do corpo como inscrito pelo social, pelo cultural e pelo político, as percepções e os sentidos elaborados pelas mulheres entrevistadas não podem ser caracterizadas como individuais e pessoais, é necessário analisar em que contexto e com quais discursos elas estão sendo produzidas.

Em uma sociedade que o corpo jovem é tomado como padrão para ser objeto de desejo e que o estupro é popularmente lido como descontrole do desejo sexual, cultiva-se no imaginário social, incluindo-se as mulheres, a ideia de que os corpos lidos como femininos

estão mais expostos quando jovens, por serem mais desejados. Entretanto, essa percepção, mesmo que indiretamente, associa o estupro a ordem do desejo sexual, mas essa violação refere-se à afirmação de um poder baseado na supremacia masculina, evidenciada em um sistema patriarcal, colonial, racista e misógeno. Nas sociedades ocidentalizadas, o envelhecer, mesmo que intrínseco ao ciclo da vida, é considerado negativo e desqualificador (SARDENBERG, 2000). Mas isso não pode ser desconsiderado como alheio às relações de poder-saber que permeiam os discursos científicos e médicos, nos quais a mulher que envelhece não só é desqualificada por estar fora do padrão estabelecido de juventude, mas por ter diminuída a sua capacidade de reprodução. Nesse contexto, torna-se possível entender o motivo dessas pontuações terem sido realizadas pelas mulheres mais velhas, termo escolhido como forma de romper com a ideia pejorativa de que o “velho” está associado ao negativo.

Na contemporaneidade, o cultivo por esse ideal de beleza é exacerbado, pois em uma sociedade que o consumo excede a satisfação de necessidades materiais e centraliza-se na emoção e no desejo, o ato de consumir deixa de estar exclusivamente relacionado à produção e passa a interligar-se a satisfação de desejos e emoções (FONTINELE; COSTA, 2020). Então, o consumo produz uma concepção de objeto cada vez mais extrema sobre o corpo feminino, com a supervalorização da estética, fazendo com que ele seja dotado de investimento na sua imagem como forma de atender aos ideais de beleza atuais. Ao considerar as relações de poder, percebe-se que esses desejos de consumo, como forma de atender ao ideal de beleza, são atravessados e forjados por discursos e práticas que promovem o assujeitamento às normas estabelecidas socialmente. É um cenário em que mulheres assumem o papel de mercadorias, sendo elas próprias os objetos de consumo. Em uma sociedade que as relações passam a ser mediadas pela imagem, o corpo passa por um processo de coisificação e torna-se um corpo-mercadoria.

Esse ideal de beleza moldado a cada época, na fase atual do capitalismo, atua por meio do marketing e da publicidade, funcionando como instâncias que ditam o padrão a ser seguido. Isso ocorre, principalmente, a partir da proliferação de redes sociais como o *Instagram*, de compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários. No mundo dos influenciadores digitais, são estabelecidos padrões de beleza cada vez mais inalcançáveis, vendidos como sinônimo de sucesso e felicidade. Não se retira o aspecto econômico desse jogo de poder entre gênero e o cultivo de um ideal de beleza, pois o capitalismo se apropria disso para lucrar, seja na venda de produtos e serviços de beleza ou de procedimentos estéticos e cirúrgicos. É uma ferramenta por meio da qual o capitalismo opera, alimentando o sexismo.

Mas qual é o padrão de beleza feminina? Um que serve a hegemonia branca. É uma beleza fabricada a partir das estruturas de gênero, sexualidade, raça e classe. Como enfatiza Silva (2020), a branquitude cultua a imagem de uma mulher com cabelos lisos, traços finos, com pele e olhos claros; o que repercute na imagem que pessoas negras têm de si, carregadas de desprezo, negação e esvaziamento. O ideal de beleza da branquitude é colonizador, reforçando corpos negros como feios e inadequados. É a rejeição desses corpos e a negação dos seus traços, que somente são valorizados e embelezados ao serem utilizados pela branquitude; como é o caso das tranças, dos turbantes e dos lábios volumosos (tão difundidos pelos preenchimentos labiais da indústria estética atual). Nesses casos, os traços são utilizados como elementos estéticos, sendo retirados os seus significados. Não somente a colonização, mas também o capitalismo e outros sistemas de opressão engendram formas de objetificar alguns corpos e de desumanizar e desvalorizar outros, questões explicitadas na próxima subcategoria.

5.2.3 Vulnerabilidades e intersecções

Os corpos das mais diversas mulheres são marcados pela constante exposição e vulnerabilidade, o que fora bastante exposto pelas participantes: *“Dá insegurança de ser julgada e de ser objetificada ou por alguma atitude, alguma fala, que as pessoas interpretem isso como uma abertura ou como a concessão de algo.”* (Bege, 30 anos) / *“Independente da sua aparência, você tem que ser respeitada e a mulher se preocupa muito com isso, se ela vai ser respeitada com o jeito que ela trata as pessoas, se sorrir demais tá dando mole, é um monte de comentário assim.”* (Laranja, 39 anos) / *“Acho que acontece com a maioria das mulheres, usar determinado tipo de roupa ou sair na rua ou não ir pra algum lugar depois de alguns horários.”* (Azul, 19 anos).

A luta dos feminismos pela conquista dos direitos fez com que as mulheres ultrapassassem os limites do espaço doméstico e adentrassem nos espaços públicos, com isso, as mulheres deixam de ser violentadas somente em seus lares, passando a sofrer fora deles os mais diversos tipos de ataques e agressões. Nas ruas, entendida para além do seu sentido literal, mas como forma conotativa de denominar os ambientes públicos e urbanos, os jogos de poder e seus dispositivos se expressam e atuam intensamente; assumindo diversas formas e englobando diversos atores que perpetuam as hegemonias, pois o público foi historicamente destinado à figura masculina e ao exercício da sua supremacia. Portanto, a mulher sente-se constantemente exposta e vulnerável, como relatam as participantes, independentemente da

idade. Ao terem seus corpos tratados como objetos de desejo sexual, mulheres são interpeladas nos mais diversos espaços que frequentam, seja nas ruas, na escola, no trabalho, nos shoppings, nos bares e demais espaços pelos quais circulam.

Diante de um contexto de números alarmantes, em que dificilmente uma mulher pode afirmar nunca ter passado por uma situação de importunação sexual, o comportamento de esquiva torna-se comum. Então, as mulheres adotam estratégias e precisam pensar desde a forma como irão se vestir e se comportar até os lugares e horários que frequentarão. Como relata Vermelho (49 anos): *“Eu nunca vou me sentir à vontade de sentar numa mesa de bar sozinha [...], ali eu me sinto vulnerável, ali eu não me sinto segura, porque parece que o fato de eu não ter uma companhia me deixa a disposição, então quem quiser vai poder chegar lá e tomar meu espaço.”*. E isso faz parte da violação, mesmo que no campo do simbólico. Não poder vestir-se, comportar-se e movimentar-se de acordo com suas vontades é uma restrição da liberdade da mulher; logo, configura como uma violação, pois funciona como uma ameaça a sua integridade física e psicológica.

Os apontamentos das participantes remetem à ideia de que as formas de se portar e se comportar das mulheres estão relacionadas a uma maior exposição às violações, o que são considerados efeitos de uma cultura que as culpabiliza por conferir “abertura ou concessão” aos seus corpos. A culpabilização das mulheres as julga como inadequadas, quando o inadequado é o comportamento daquele que pratica a violação, é um ato de inversão de responsabilidades, das quais o homem sai impune. Considerada como objeto passivo e submisso, o imaginário social é permeado pela ideia de que a mulher sempre está disponível para satisfação sexual masculina (MACHADO, 2001), a ela não é permitido o direito de dizer não.

Além da exposição a que mulheres estão sujeitas, as participantes explicitaram outras categorias que tornam seus corpos mais vulneráveis, para Vermelho (49 anos) um fato preponderante é sua deficiência: *“Pra mim, também uma condição que me vulnerabiliza é a deficiência.”*. De acordo com ela, a deficiência visual limita a sua percepção quanto às pessoas que se aproximam, pela dificuldade em visualizar quem é ou não uma ameaça. A questão da pessoa com deficiência (PCD) não havia surgido enquanto intersecção entre opressões até o presente momento do trabalho, mas a inclusão de uma participante atravessada por ela reforçou a importância do tema e, infelizmente, a sua invisibilidade. Pessoas com deficiência têm as vidas perpassadas por barreiras concretas que dificultam a sua mobilidade e sua inserção na sociedade, tomada de uma visão capacitista, que as classificam como inferiores e menos capazes. É uma potencialização da vulnerabilidade, acentuada pelo

sexismo. Além disso, remetendo a fala do humorista anteriormente citada, por serem socialmente inferiorizadas há uma intensificação da concepção da violação sexual como um favor.

Outro atravessamento citado que intensifica a vulnerabilidade de mulheres foi a classe social, também associada ao âmbito do trabalho: *“Acho também que a sua posição no mercado de trabalho te deixa vulnerável, [...] quando você tá no lado do proletariado, os homens se sentem no direito de te pedirem favores sexuais em troca de benefícios ali no ambiente de trabalho.”* (Azul, 19 anos) / *“Quando a mulher também tem, por exemplo, menos condições socioeconômicas favoráveis, se ela depende de um companheiro ou de algum familiar, a deixa mais vulnerável ao poder exercido sobre ela.”* (Bege, 30 anos). A noção de propriedade privada inaugurada pelo capitalismo estende-se aos corpos a serem explorados, primeiro, dos escravos, segundo, do proletariado. Como afirma Davis (2016, p.180), “[...] o direito alegado pelos proprietários e seus agentes sobre o corpo das escravas era uma expressão direta de seu suposto direito de propriedade sobre pessoas negras como um todo”. Então, a partir do momento que os homens brancos tomaram mulheres negras como suas propriedades, cometeram as mais diversas atrocidades contra elas e não foram penalizados por seus atos criminosos, foi questão de tempo para que essas mesmas práticas atingissem também mulheres brancas e o proletariado como um todo. A exploração, nos seus mais diversos níveis, atingiu a massa trabalhadora, em especial, as mulheres. O uso da categoria de raça para determinar indivíduos como inferiores e justificar os abusos, logo se estendeu ao gênero e à classe.

A intersecção do sexismo e do classismo, confere ao homem que está em níveis altos das hierarquias sociais e econômicas uma legitimação para exercício da sua dominação, não somente sobre o sujeito enquanto trabalhador, mas também na sua condição de gênero. O que reflete um passado colonizador no qual às mulheres escravizadas foram destinadas punições em que “eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas” (DAVIS, 2016, p.19). As mulheres trabalhadoras, são exploradas com baixos salários, péssimas condições de trabalho, jornadas exaustivas, por serem consideradas menos capazes e ainda são assediadas moral e sexualmente. Desse modo, o fato de as mulheres estarem no lado do proletariado funciona como autorização para a manutenção da hegemonia da elite branca.

A fala de Bege expõe um outro lado: a vulnerabilidade de mulheres que não estão nesse mercado de trabalho opressor e dependem financeiramente de outra pessoa, na maioria dos casos, o companheiro, conforme falado por ela. Essa é a realidade de muitas mulheres, o que evidencia o homem como provedor do lar e a mulher como submissa a ele. São mulheres

que dependem não só financeiramente, mas possuem todo o seu bem-estar social ancorado nessa relação; ao passarem a se ver como parasitas, essa condição de dependência mobiliza um sentimento de desmoralização e inferioridade (HOOKS, 2019). Logo, a vulnerabilidade é escancarada e impede a sua libertação, pois a dependência torna-se também psicológica e emocional.

Explicitando a sua vulnerabilidade enquanto mulher negra, Azul (19 anos) relata: *“Eu como mulher negra já passei por isso andando com amigas brancas na rua, eu percebi que eu já fui assediada, por assim dizer, mais vezes do que ela.”* / *“A mulher negra na sociedade é essa que ela é sempre desejada pra sexo, mas que ela é também preterida.”*. O olhar do colonizador sobre os corpos das mulheres africanas forjou no imaginário social uma ideia hipersexualizada sobre elas, conferindo a esses corpos o caráter promíscuo e imoral (DAVIS, 2016), que já fora mencionado. O corpo negro é um corpo muito mais objetificado sexualmente. Por isso, mulheres negras vivem uma realidade em que não são consideradas dignas para manter relações amorosas e não são consideradas merecedoras do casamento. É nesse cenário, que seus corpos, primeiramente racializados, passam por um segundo processo de opressão: a generificação, ocasionando nas existências de mulheres negras a constante ameaça de serem violentadas de várias formas, inclusive, sexualmente.

Mesmo que as interlocuções produzidas mantenham o foco sobre a questão do gênero dialogando com outras opressões e estruturas de poder, durante a entrevista foi levantada a questão de como o corpo do homem negro também é um corpo vulnerável: *“Assim como a mulher negra tem essa função, o homem negro também.”* (Vermelho, 49 anos). Isso evidencia a posição do homem negro na hierarquia das hegemonias, estando abaixo das mulheres brancas na pirâmide social. Os seus corpos também foram hipersexualizados. Dentro da problematização do estupro, os homens negros são colocados como potenciais agressores, pois o caráter promíscuo e imoral atribuído às mulheres negras estendeu-se a eles, considerados predispostos a violentaram sexualmente as mulheres (brancas) (DAVIS, 2016). O efeito da combinação entre racismo e o sexismo chama a atenção para o nó histórico que une as mulheres negras, que são sistematicamente abusadas e violadas por homens brancos, e homens negros, mutilados e assassinados por falsas acusações de estupro. Tais práticas são formas de perpetuar a escravidão e manter as amarras desse povo, impedindo que eles sejam realmente livres.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi mobilizado a partir de inquietações e insatisfações pessoais sobre a forma como o fenômeno do estupro é tratado e lido socialmente, seja pela mídia, pelos serviços que deveriam acolher as mulheres violentadas ou pelo julgamento moral da sociedade. Além disso, destaca-se a sua relevância social ao abordar um assunto naturalizado socialmente, mas de ocorrência expressiva e constante, que afeta a vidas das mais diferentes mulheres. Dessa forma, ocupou-se sobre esse tema, entendido de forma generalizada como atos sexuais não consentidos que ocorrem sob uma situação de violência e/ou ameaça.

Para tal investigação, foram realizadas discussões teóricas baseadas no Feminismo Negro, com a utilização de um olhar interseccional, e na analítica do poder de Michel Foucault, para problematizar o estupro na relação com as opressões de gênero, sexualidade, raça e classe, bem como as estruturas de poder que as mantêm. Ao ser compreendido como uma expressão da violência de gênero, que afeta cotidianamente a vida de diferentes mulheres inseridas em diferentes contextos, sociedades e culturas, o recorte de gênero, raça e classe possibilitou entender como cisheteropatriarcado, o racismo e capitalismo propiciam e mantêm o fenômeno do estupro. Essas relações de poder são materializadas na violência de gênero, que engloba o estupro como uma de suas expressões mais violentas. A partir desse recorte, foi possível refletir sobre uma condição em que mulheres são consideradas submissas e passivas aos homens, pois a desigualdade de gênero alimenta a inferioridade de corpos lidos como femininos, em detrimento da centralidade e supremacia do homem na sociedade. Essa condição torna-se ainda mais desigual quando atravessada por outras formas de opressão, como aquelas produzidas pelo racismo e o pelo capitalismo.

Por meio dessas reflexões, o presente trabalho se propôs a realizar uma análise de como as mulheres não violentadas sexualmente percebem e são afetadas pelo fenômeno do estupro, possuindo três objetivos específicos: problematizar as questões sobre o estupro na relação com a interseccionalidade das opressões de gênero, sexualidade, raça e classe; analisar a percepção das mulheres sobre os seus corpos e os sentidos atribuídos a ele; e analisar de que forma outras experiências de violação vivenciadas pelas mulheres possam estar relacionadas às suas percepções sobre o fenômeno do estupro. A partir dos resultados e da análise dos dados obtidos por meio de uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa e de caráter exploratório, foram geradas discussões que corroboram com a hipótese de que o estupro gera repercussões na vida de mulheres, mesmo as não violentadas sexualmente, afetando-as de maneira direta e indireta.

As participantes da pesquisa expuseram um contexto de desigualdade de gênero em que as mulheres são consideradas inferiores, incapazes e submissas e que seus corpos por serem objetificados e considerados públicos estão constantemente expostos a ataques e agressões. Além disso, perceberam o estupro como um ato de extrema violência e invasão, que produz os sentimentos de medo, insegurança e desconfiança, mesmo para aquelas que nunca foram acometidas por essa violação sexual. Foi observada uma certa dificuldade em nomear e definir o estupro, bem como na percepção de atos que configuram como uma violação, o que diz respeito à invisibilidade do assunto, à ausência de espaços de discussão na sociedade em geral e à noção, enraizada sociocultural, de que as mulheres são objetos de satisfação sexual masculina, retiradas do direito de dizer não. Algumas delas também relataram experiências de violações e constrangimentos que ocorreram na rua, no transporte público, em locais destinados ao lazer e no ambiente de trabalho, sendo responsáveis por intensificar os sentimentos de medo e insegurança na realização de ações rotineiras.

Quanto as intersecções com outras opressões, foram mencionadas as formas de operação que raça e classe assumem na intensificação das vulnerabilidades de corpos atravessados por essas estruturações sociais. Além disso, foram abordadas questões relacionadas à opressão do capacitismo vivida por pessoas com deficiência, somente mencionada neste trabalho a partir da fala da participante. Quanto à sexualidade, foram discutidos os aspectos relacionados a sua constituição binária e heteronormativa em uma sociedade cisheteropatriarcal. Apesar de uma das participantes se declarar bissexual, não foram apresentadas percepções sobre o estupro para além da visão de mulheres heterossexuais. Outro aspecto relevante mencionado pelas participantes foi a questão da hipersexualização de corpos racializados atingir também os homens negros.

Teve-se a finalidade de contribuir para a discussão e a produção acadêmica acerca desse assunto, possibilitando um lugar de escuta e de expressão subjetiva de um grupo tão silenciado pela sociedade. Devido aos limites de tempo e metodologias impostos a uma pesquisa de graduação, verifica-se ainda a necessidade de pesquisas mais amplas para a mobilização de maior visibilidade sobre o problema do estupro praticado contra mulheres e a forma como elas são afetadas, de maneira geral. Assim, é possível reconhecer a importância de estudos e pesquisas que tratem do estupro e da forma como afeta a vida das mulheres não acometidas por essa violação sexual. Dessa forma, aumenta-se a visibilidade sobre esse assunto, inserido as narrativas e percepções de diversas mulheres, visando contribuir para a construção de uma sociedade em que as mulheres possam ser livres nas diversas esferas da vida.

Diante do que fora exposto e quanto às limitações, sugere-se às pesquisas futuras trabalharem com a intersecção entre o estupro e o capacitismo, buscando abordar a forma como o estupro afeta a vida de pessoas com deficiência; entre o estupro e homens negros, para o entendimento dos atravessamentos que o racismo engendra a partir de uma perspectiva masculina; entre o estupro e mulheres trans, que busque o entendimento do problema na intersecção com a transfobia; entre o estupro e as sexualidades que não se enquadram no padrão heteronormativo; e entre o estupro e pessoas não binárias. Ressalta-se a importância do estudo das variáveis históricas, sociais, culturais e psicológicas envolvidas na problemática do estupro.

Por fim, ficam como reflexões as citações de Foucault (1977, p. 232): "Não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável", e da participante Vermelho: "O que limita outros, me liberta!". Dessa forma, ao considerar o contexto de opressão vivido pelas mais diversas mulheres e os constantes ataques contra direitos dos grupos minoritários, produzidos pela atual conjuntura governamental, conservadora e fascista, esta pesquisa buscou assumir o pensamento de que as relações de poder estão constantemente abertas às posturas de resistência. Por isso, com este trabalho buscou-se tensionar essas forças normativas, em defesa de produzir caminhos que tornem possíveis existências livres e dignas das mulheres por meio da desconstrução de masculinidades e feminilidades produzidas pelo cisheteropatriarcado racista e capitalista. Discutir assuntos invisibilizados é também uma forma de resistência, proteção e conscientização.

REFERÊNCIAS

- ACTIONAID. **Em pesquisa da ActionAid, 86% das brasileiras ouvidas dizem já ter sofrido assédio em espaços urbanos.** Disponível em: https://actionaid.org.br/na_midia/em-pesquisa-da-actionaid-86-das-brasileiras-ouvidas-dizem-ja-ter-sofrido-assedio-em-espacos-urbanos/. Acesso em: 08 jul. 2021.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BARDIN, Laurence. Organização da Análise. In: BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** 3. ed. São Paulo: Edições 70, 2016. p. 125-132.
- BIROLI, Flávia. Democracia e tolerância à subordinação: livre-escolha e consentimento na teoria política feminista. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 48, n. 21, p. 127-142, dez. 2013.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal.** Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm#parteespecialtitulovi. Acesso em: 23 mar. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 23 mar. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009.** Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm#art2. Acesso em: 23 mar. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes:** norma técnica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
- BRASIL. **Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018.** Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm#art1. Acesso em: 08 jul. 2021.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAMPOS, Carmen Hein de; MACHADO, Lia Zanotta; NUNES, Jordana Klein; SILVA, Alexandra dos Reis. Cultura do estupro ou cultura antiestupro?. **Revista Direito Gv**, [S.L.], v. 13, n. 3, p. 981-1006, dez. 2017.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, dez. 2003.
- CHIZZOTTI, Antonio. Coleta de Dados Qualitativos. In: CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 2000, p.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS-OEA. **Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher**, “Convenção de Belém do Pará”. Belém: OEA, 1994.

COULOURIS, Daniella Georges. **A desconfiança em relação à palavra da vítima e o sentido da punição em processos judiciais de estupro**. 2010. 242 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FONTINELE, Thaís Pinto; COSTA, Márcio José de Araujo. A Normatização do Corpo Feminino e os Modos de Subjetivação na Contemporaneidade. **Revista Subjetividades**, [s. l], v. 20, n. 1, p. 1-12, mar. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. Edição XVI. São Paulo, 2022.

FOUCAULT, Michel. (1977). Poder e Saber. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 223-240.

FOUCAULT, Michel. (1978). Diálogo sobre o Poder. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 253-266.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GIL, Antonio Carlos. Como classificar pesquisas. In: GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002, p. 41-57.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

G1. **Klara Castanho faz 1ª publicação depois de carta aberta sobre estupro e gravidez**. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2022/07/07/klara-castanho-faz-1a-publicacao-depois-de-carta-aberta-sobre-estupro-e-gravidez.ghtml>. Acesso em: 26 jun. 2022.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

IBGE. **Indicadores Sociais Mínimos**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17374-indicadores-sociais-minimos.html?=&t=resultados>. Acesso em: 04 jul. 2022.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Percepções sobre estupro e aborto previsto por lei**. 2020. Disponível em: https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2020/11/Locomotiva_IPG_EstuproebortoPrevistoPorLeiNovembro2020-1.pdf. Acesso em: 22 jun. 2022.

ISTOÉ. **Polícia ouvirá Rafinha Bastos após piada sobre estupro**. 2016. Disponível em: https://istoe.com.br/147627_POLICIA+OUVIRA+RAFINHA+BASTOS+APOS+PIADA+S OBRE+ESTUPRO/. Acesso em: 22 jun. 2022.

LACERDA, Marina Basso. **Colonização dos corpos**: Ensaio sobre o público e o privado. Patriarcalismo, patrimonialismo, personalismo e violência contra as mulheres na formação do Brasil. 2010. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de Pesquisa. In: LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003, p. 174-214.

LOWENKRON, Laura. Consentimento e vulnerabilidade: alguns cruzamentos entre o abuso sexual infantil e o tráfico de pessoas para fim de exploração sexual. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 45, n. 9, p. 225-258, dez. 2015.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidades e Violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. **Série Antropologia**, Brasília, v. 290, n. 1, p. 1-32, 2001.

METRÓPOLES. **Projeto de Bolsonaro desobriga SUS de atender vítima de estupro**. 2018. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/projeto-de-bolsonaro-desobriga-sus-de-atender-vitima-de-estupro>. Acesso em: 27 jun. 2022.

MINAYO, Maria Cecília. A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 7-18, 1994a.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994b.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e Saturação em Pesquisa Qualitativa: Consensos e Controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 5, n. 7, p. 1-12, abr. 2017.

MINAYO, Maria Cecília; SOUZA, Edinilsa. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 513-531, nov. 1997.

MOURA, Barbara Danielle. **Os crimes sexuais e a Lei nº 12.015/2009**. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/37514/os-crimes-sexuais-e-a-lei-n-12-015-2009>. Acesso em: 23 mar. 2021.

ONU MULHERES. **Diretrizes Nacionais Femicídio**: investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Brasília: ONU Mulheres, SPM/PR, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial de Violência e Saúde**. Genebra: OMS, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial Sobre a Prevenção da Violência**. Genebra: OMS, 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Violence Against Women Prevalence Estimates, 2018**. Genebra: OMS, 2021.

OSORIO, Rafael Guerreiro. **O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE**. Brasília: Ipea, 2003.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 83-95.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. Colección Sur Sur. p. 227-278.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. A mulher frente a cultura da eterna juventude: reflexões teóricas e pessoais de uma feminista “cinquentona”. In: VI Simpósio Baiano de Pesquisadoras (es) sobre Mulher e Relações de Gênero, 2000, Salvador. **Mulher e Relações de Gênero**. Salvador: NEIM/UFBA, 2002. p. 1-14.

SILVA, Cibele Bitencourt. **Os espelhos de Oxum: mulheres periféricas, relações raciais e autoimagem**. 2020. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

SOUZA, Cecília de Mello e; ADESSE, Leila (org.). **Violência Sexual no Brasil: perspectivas e desafios**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas Para As Mulheres, 2005.

SUA CIDADE (São Luís). **Em 6 meses, MA registrou quase 300 casos de estupro contra mulher**. 2022. Disponível em: <http://www.suacidade.com/noticias/cidades/em-6-meses-ma-registrou-quase-300-casos-de-estupro-contramulher>. Acesso em: 25 jun. 2022.

THE INTERCEPT BRASIL. **Julgamento de influencer mariana ferrer termina com tese inédita de ‘estupro culposo’ e advogado humilhando jovem**. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/>. Acesso em: 26 jun. 2022.

THE INTERCEPT BRASIL. **Suportaria ficar mais um pouquinho?**. 2022. Disponível em: <https://theintercept.com/2022/06/20/video-juiza-sc-menina-11-anos-estupro-aborto/>. Acesso em: 26 jun. 2022.

THINK OLGA (org.). **Chega de Fiu Fiu**. 2020a. Disponível em: <https://thinkolga.com/wp-content/uploads/2020/12/Olga-Projeto-Chega-de-Fiu-Fiu.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2021.

THINK OLGA (org.). **Meu Ponto Seguro**. 2020b. Disponível em: https://thinkolga.com/wp-content/uploads/2020/11/Pesquisa_MeuPONTOSeguro_ThinkOlga.pdf. Acesso em: 22 jun. 2022.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

(Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466, de dezembro de 2012)

Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Título: Do Silenciamento à Violação: a Percepção de Mulheres Sobre o Estupro

Pesquisadora: Bianca Dilara Marques Silva, estudante do Curso de Psicologia da UFMA.
Telefone: (98) 98821-1731. E-mail: bianca_dilara@hotmail.com

Orientadora: Claudia Aline Soares Monteiro, Psicóloga (CRP22/01392) e docente do Departamento de Psicologia da UFMA. Telefone: (98) 98206-9191. E-mail: cas.monteiro@ufma.br.

Você está sendo convidada a participar da pesquisa: **Do Silenciamento à Violação: a Percepção de Mulheres Sobre o Estupro**, cujo objetivo é compreender como mulheres não violentadas sexualmente percebem e são afetadas pelo fenômeno do estupro. A pesquisa será realizada com 4 mulheres, entre 18 e 50 anos, que nunca sofreram um episódio de estupro. A pesquisa apresenta-se como forma de gerar contribuições para a produção acadêmica sobre o assunto, aumentando a visibilidade e a abertura de discussões sobre o tema. O trabalho é fundamental para a construção de uma postura de resistência e enfrentamento dessas mulheres, pois entende-se que a mobilização acerca desse assunto, pouco nomeado e discutido socialmente, já configura como um grande avanço. Além de possibilitar um local de acolhimento e elaboração de questões relacionadas ao corpo e à exposição de mulheres à essa violação sexual. Os resultados possibilitarão a compreensão dos sentidos e significados atribuídos ao estupro, com o entendimento das repercussões geradas por esse problema social para vida de mulheres não violentadas sexualmente.

Diante da aceitação, para a coleta de dados será realizada a técnica de entrevista em grupo, com duração entre 90 e 120 minutos, contando com a participação das 4 mulheres. O encontro será realizado no Laboratório de Avaliação Psicológica do curso de Psicologia da

Rubricas

_____ (Participante)

_____ (Pesquisadora)



UFMA, um espaço com condições adequadas para realização da pesquisa, que garante o sigilo e o livre funcionamento da entrevista sem interrupções externas. Diante do contexto pandêmico atual, todos os devidos cuidados de segurança em saúde coletiva serão obedecidos. Há a possibilidade de a coleta de dados ser realizada de maneira virtual, em situação de comum acordo com as participantes, por meio de plataformas de comunicação, por videoconferência. Durante o encontro, serão realizadas perguntas às participantes com a finalidade de alcançar os objetivos da pesquisa.

Considera-se que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, em tipos e gradações variados. A participante está ciente há possíveis prejuízos e riscos de ordem emocional e psíquica, pois entende-se o estupro como um assunto que envolve diversas questões traumáticas na vida de mulheres, mesmo as que não foram violentadas sexualmente, podendo mobilizar outras vivências ou contextos de violência contra a mulher, carregadas de sentimentos e afetos. Será assumida uma postura ética de cuidado e acolhimento para minimização dos possíveis danos. O encontro ocorrerá sob supervisão da psicóloga (CRP22/01392) e professora orientadora dessa pesquisa, Claudia Aline Soares Monteiro, que estará disponível para o acolhimento de demandas de mobilização afetiva pelas participantes. Caso seja necessário, as participantes podem ainda ser encaminhadas ao atendimento no Plantão Psicológico Centrado na Pessoa, um projeto de extensão da UFMA.

A participante possui liberdade e autonomia para retirar o seu consentimento, interromper e deixar de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo para si mesma. Possui também a liberdade para responder somente as perguntas que desejar. A participante está ciente da gravação da entrevista, que posteriormente será transcrita para facilitação da análise de dados, mediante a confirmação do conteúdo transcrito pelas participantes.

A participante terá garantida a confidencialidade, o sigilo, a proteção da imagem e a privacidade dos seus dados e das informações coletadas, durante todas as fases da pesquisa e na divulgação dos dados. Está assegurado o armazenamento adequado dos dados coletados,

Rubricas

_____ (Participante)

_____ (Pesquisadora)



sob guarda e responsabilidade da pesquisadora. Os resultados irão compor um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do tipo monografia e podem ser divulgados em eventos acadêmicos ou revistas científicas, mas a identidade da participante será mantida anônima.

A participante e seus acompanhantes poderão ser ressarcidos de qualquer gasto relacionado à sua participação na pesquisa. À participante estará assegurado o direito de solicitar indenização para reparação de danos causados pela participação na pesquisa. Assegura-se à participante o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação na pesquisa, pelo tempo que for necessário.

A participante terá livre acesso às informações sobre os procedimentos da pesquisa, podendo entrar em contato com a pesquisadora ou orientadora da pesquisa a qualquer momento para possíveis esclarecimentos. Também poderá contatar o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMA (CEP/UFMA), para esclarecimento de questões éticas. O CEP/UFMA é uma instância colegiada interdisciplinar e independente, de natureza técnico-científica, consultiva, normativa, deliberativa e educativa, destinada a atuar no campo da ética em pesquisa, para garantia de proteção dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e contribuição no desenvolvimento da pesquisa de acordo com os padrões éticos. Endereço: Avenida dos Portugueses, nº 1966, Cidade Universitária, Prédio do CEB Velho, Bacanga, São Luís - MA, CEP: 65085-580. E-mail: cepufma@ufma.br. Telefone: (98) 3272-8708.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas vias, uma cedida à participante e outra à pesquisadora. Ambas as vias serão rubricadas em todas as páginas e assinadas ao seu término, pela participante e pesquisadora.

Eu, _____, declaro estar ciente do que foi explicitado e concordo em participar desta pesquisa.

São Luís, _____ de _____ de 2021.

Assinatura da Participante

Assinatura da Pesquisadora

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO**A. Dados Sociodemográficos**

Nome: _____

Endereço: _____

Data de nascimento: ___ / ___ / ___ Idade: _____ Naturalidade: _____

Raça/Etnia: _____ Escolaridade: _____

Atividade ocupacional: _____ Renda mensal: _____

Com quem mora: _____ Estado Civil: _____

Atividades de lazer: _____

Outros dados: _____

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA

A. Apresentação

- Apresentação da pesquisadora, da orientadora, dos objetivos da pesquisa, dos assuntos que serão abordados e de partes do TCLE; Solicitação do consentimento para participação e gravação, explicando que o material será um apoio para posterior análise de dados.
- Dinâmica: utilizando-se da categoria cor, cada participante escolherá a sua, a partir da pergunta “Qual cor me representa?” Cada participante se apresentará ao grupo com as informações pessoais que preferir, da seguinte forma: “eu sou (cor), eu escolhi essa cor, pois me representa com suas características...”.
- Explicar o modo de funcionamento da entrevista enfatizado que não se busca consenso, mas sim perspectivas e experiências diversas que possam agregar à discussão. Por isso, é de extrema importância que cada uma possa expressar suas opiniões, percepções e sentimentos; inclusive assegurando que a mesma pessoa pode apresentar mais de uma visão sobre o assunto abordado.

B. Questões Disparadoras

- Enquanto os homens são os maiores causadores e atingidos pela violência no âmbito público; no âmbito doméstico, as mulheres são, em sua maioria, o principal grupo em situação de violência. Apesar disso, a violência ultrapassa os limites dos espaços domésticos e atinge a existência de mulheres de diversas idades, identidades étnico-raciais e classes sociais no mundo inteiro. As violações contra a mulher podem ser diversas: física, psicológica, patrimonial, moral e sexual, sendo essa uma das formas mais graves da violência de contra a mulher. Diante disso, o que o termo “estupro” significa e representa para você?
- O estupro é definido como “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.” (BRASIL, 2009, p.1). Além da conjunção carnal, configura como estupro os atos libidinosos que envolvem o contato da boca com os órgãos sexuais, a manipulação erótica desses órgãos, o coito anal e oral. Nas estimativas globais, o relatório da Organização Mundial da Saúde (2021) aponta que 6% das mulheres do

mundo inteiro já foram vítimas de violência sexual praticada por um agressor diferente do parceiro íntimo. Em 2019, foram contabilizados mais de 66 mil estupros no Brasil, a maioria das vítimas é do sexo feminino, somando quase 85% dos casos notificados. O que você pensa e sente quando ouve isso?

- O medo de sair de casa e ser violada se faz presente na realidade de muitas mulheres, o que marca a vulnerabilidade de corpos objetificados e considerados públicos para os homens. As mulheres são atravessadas pela preocupação em ter os seus corpos violados em qualquer lugar e a qualquer momento, por quem quer que seja. O que você pensa e sente sobre o teu corpo quando ouve isso?
- Diante do que já fora discutido sobre a vulnerabilidade de mulheres quanto à violação sexual, você percebe alguma outra condição ou situação que torne o seu corpo mais vulnerável ou exposto?

APÊNDICE D - FORMULÁRIO DE PARTICIPAÇÃO

Do Silenciamento à Violação: a Percepção de Mulheres sobre o Estupro

Este formulário refere-se à pesquisa da aluna Bianca Dilara, do curso de Psicologia da UFMA, intitulada "Do silenciamento à violação: a percepção de mulheres sobre o estupro". A pesquisa possui como finalidade a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na forma de monografia e está sob orientação da prof.^a Dr.^a Claudia Aline Soares Monteiro. Este formulário tem o objetivo de explicar a pesquisa a ser realizada e solicitar a sua permissão para participação. Por favor, leia este formulário com bastante atenção antes confirmar suas respostas. Em caso de dúvidas e esclarecimentos, entre em contato com a pesquisadora pelo e-mail bianca.dilara@discente.ufma.br.

Ao clicar em "aceitar participar", você declara estar ciente e de acordo em participar desta pesquisa.

Desde já, agradeço a sua colaboração.

*Obrigatório

E-mail *

Você está sendo convidada a participar da pesquisa: Do Silenciamento à Violação: a Percepção de Mulheres Sobre o Estupro, cujo objetivo é compreender como mulheres não violentadas sexualmente percebem e são afetadas pelo fenômeno do estupro. Os resultados possibilitarão a compreensão dos sentidos e significados atribuídos ao estupro, com o entendimento das repercussões geradas por esse problema social para vida de mulheres não violentadas sexualmente.

Público alvo: mulheres, entre 18 e 50 anos de idade, que nunca sofreram um episódio de estupro.

Metodologia: A coleta de dados ocorrerá por meio de uma entrevista em grupo, realizada de forma virtual pela plataforma Google Meet, com todas as mulheres participantes da pesquisa.

1. Aceita participar desta pesquisa? *

Marcar apenas uma oval.

- Aceito participar
- Não aceito participar

2. Idade *

3. Já sofreu um episódio de estupro? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

4. Disponibilidade para encontro (dias da semana): *

Marcar apenas uma oval.

Segunda-feira

Terça-feira

Quarta-feira

Quinta-feira

Sexta-feira

5. Disponibilidade para encontro (turno): *

Marcar apenas uma oval.

Manhã

Tarde

Noite

6. Contato telefônico *
